

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS - VOLUME 8

Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política

África, Américas, Europa e Ásia - governos, cidades, crenças, comércio e fronteiras

África, Américas, Europa e Ásia (c. 1300-1500 d.C.) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas, atividades e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Este oitavo volume acompanha dois séculos de recomposição. Por volta de 1300, a dinastia Yuan ainda governava a China, o Ilcanato dominava grande parte do Irã e da Mesopotâmia, o Canato de Chagatai ocupava a Ásia Central e a Horda de Ouro exercia autoridade sobre as estepes e sobre principados da Rus. Em 1500, a paisagem era outra: Ming controlava a China; os timúridas haviam deixado heranças políticas e culturais extensas; otomanos governavam Constantinopla e boa parte dos Bálcãs e da Anatólia; Mali cedera espaço a Songhai; o Sultanato de Delhi coexistia com Vijayanagara e poderes regionais; Malaca reorganizava redes do Sudeste Asiático; Mexicas e Incas haviam construído expansões imperiais nas Américas.

A transformação não seguiu uma linha única. A Peste Negra e surtos posteriores atingiram partes da Afro-Eurásia com intensidade extraordinária, mas sua cronologia, sua extensão e seus efeitos variaram. Conquistas e guerras redistribuíram recursos e populações, enquanto agricultores, mercadores, peregrinos, marinheiros, artesãos, estudiosos e comunidades locais sustentaram conexões que nenhum império controlava por inteiro. A expansão política dependia tanto de negociação e colaboração quanto de coerção.

As Américas recebem três capítulos. Mexicas, Incas, maias pós-clássicos e sociedades do Mississípi não participaram regularmente das mesmas redes que ligavam África, Europa e Ásia. Ainda assim, comparar suas formas de tributação, mobilidade, urbanização, ritual e domínio regional é indispensável para uma história verdadeiramente global. Comparação não significa equivalência automática: cada conceito precisa ser testado contra evidências e vocabulários locais.

Pergunta central

Como epidemias, comércio, guerra, peregrinação, crise fiscal, expansão agrária e novas combinações imperiais reordenaram regiões conectadas entre c. 1300 e 1500 sem produzir uma história única nem uma ordem mundial centralizada?

Autoria, pesquisa e uso editorial

O texto, a estrutura explicativa, as sínteses e as comparações deste volume foram redigidos originalmente para esta coleção. Fatos históricos, nomes e datas pertencem ao conhecimento histórico; interpretações e reconstruções foram confrontadas com a bibliografia e as fontes indicadas. Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial.

Este material pode servir de base para estudo, aulas, roteiros, blog, vídeo ou podcast. Ao adaptá-lo, é recomendável preservar a bibliografia, verificar novamente cronologias ou interpretações debatidas e manter a distinção entre evidência, hipótese e convenção historiográfica.

Como usar este volume

Comece pelos capítulos 1 e 2, que apresentam evidências, periodização e o quadro mundial em torno de 1300. Os capítulos 3 a 11 percorrem formações afro-eurasiáticas; os capítulos 12 a 14 examinam as Américas; o capítulo 15 trata epidemias, clima e redes; e o capítulo 16 reúne a comparação final. Os apêndices permitem estudar coexistências sem transformar a história em uma fila de impérios que se substituem.

Cada capítulo responde a cinco perguntas recorrentes: quais evidências sustentam a reconstrução; como ocorreu formação ou expansão; como o poder funcionava; como pessoas e grupos colaboraram, negociaram ou resistiram; quais legados e controvérsias permanecem. Ao final de cada capítulo, leituras-base indicam caminhos para aprofundamento.

Convenções

As datas são aproximadas quando as fontes não permitem precisão maior. “c.” significa cerca, isto é, “por volta de”. O intervalo 1300-1500 é uma ferramenta comparativa, não uma fronteira vivida igualmente em todas as regiões.

“Império” designa uma formação que reivindica autoridade sobre povos, territórios ou unidades políticas diferenciadas e distribui poder de maneira desigual. O termo pode ser produtivo para Ming, Mali, Mexica ou Inca, mas seus mecanismos não eram idênticos.

“Estado”, “dinastia”, “reino”, “sultanato”, “canato” e “confederação” são categorias históricas. O livro evita organizar todas as sociedades segundo uma escala que vai de “simples” a “avançada”.

Fronteiras são zonas móveis de fortificação, migração, comércio, tributação e soberania graduada. Mapas políticos modernos dão falsa precisão quando aplicados sem cautela.

Níveis de segurança: seguro, quando séries independentes convergem; provável, quando a melhor interpretação admite alternativas; debatido, quando cronologia, escala ou causalidade permanecem abertas.

Números de exércitos, populações e vítimas em fontes medievais podem ser estimativas ou linguagem de prestígio e catástrofe. O texto privilegia ordens de grandeza e explicita incertezas.

Conquista e guerra são tratadas como processos políticos, fiscais, logísticos e sociais. A violência é reconhecida sem descrições gráficas e sem transformar capacidade destrutiva em medida de superioridade cultural.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	5
1. Evidências e escalas para um mundo em recomposição.....	6
2. O mundo por volta de 1300: conexões sem centro único.....	8
3. Herdeiros dos mongóis: Yuan, Ilcanato, Chagatai e Horda de Ouro.....	10
4. Ming: reconstrução dinástica, burocracia e projeção marítima.....	12
5. Timur e os timúridas: conquista, cidades e cultura de corte.....	14
6. Otomanos, Bizâncio e Mamelucos: poderes do Mediterrâneo oriental.....	16
7. Índia: Sultanato de Delhi, Vijayanagara e estados regionais.....	18
8. Sudeste Asiático: Majapahit, Ayutthaya, Đại Việt e Malaca.....	20
9. Joseon e Muromachi: novas ordens na Coreia e no Japão.....	22
10. África ocidental: Mali, Songhai, cidades e saberes do Sahel.....	24
11. África oriental e nordeste: Etiópia, suaílis e Grande Zimbábue.....	26
12. Europa e Mediterrâneo ocidental: monarquias, cidades e fronteiras.....	28
13. Mexicas: aliança, tributo e poder no vale do México.....	30

14. Incas e outras Américas: estradas, trabalho e múltiplos centros.....	32
15. Peste, clima, comércio e mobilidade na Afro-Eurásia.....	34
16. Comparação final: novas potências sem uma ordem mundial única.....	36
Apêndice A. Cronologia analítica.....	39
Apêndice B. Quadros de coexistência e mapas de referência.....	42
Apêndice C. Matrizes comparativas.....	44
Apêndice D. Glossário essencial.....	46
Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades.....	49
Bibliografia comentada.....	52
Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios.....	56
Roteiro de estudo em oito semanas.....	59

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências e escalas para um mundo em recomposição

1.1 Uma periodização que não pertence a todos

Os anos 1300 e 1500 são pontos de observação. O Ilcanato já existia havia décadas em 1300; o reino de Mali se formara antes; Majapahit começava em 1293; o domínio otomano ultrapassaria 1500; e o auge inca ocorreu sobretudo no século XV. “Baixa Idade Média”, “pós-clássico”, “período Muromachi” e “início Ming” pertencem a tradições regionais diferentes. Nenhuma delas deve ser promovida a relógio universal.

Uma história conectada precisa usar temporalidades sobrepostas. Epidemias podem ser acompanhadas em ondas; dinastias, por reinados e disputas sucessórias; comércio, por ritmos sazonais e mudanças de longo prazo; agricultura, por ciclos ambientais e expansão de assentamentos. A mesma data pode marcar uma ruptura na corte e quase nenhuma mudança imediata em uma aldeia distante.

1.2 Arquivos de governo e seus silêncios

Ming e Joseon preservaram grandes conjuntos de anais, códigos, memoriais e registros administrativos. Chancelarias islâmicas produziram decretos, crônicas, biografias, tratados e documentos de fundações religiosas. Cartas, contas e registros notariais iluminam mercadores e famílias. Na Europa, arquivos régios, urbanos, eclesiásticos e senhoriais permitem séries fiscais e judiciais. Abundância documental, porém, não significa transparência: Estados registravam o que desejavam conhecer, taxar, ordenar ou legitimar.

Pessoas rurais, mulheres, trabalhadores dependentes, populações móveis e grupos derrotados aparecem frequentemente por meio de instituições que os governavam. Ler “contra o arquivo” significa perguntar quem escreveu, para qual finalidade, quais categorias impôs e o que ficou fora da página. Um cadastro tributário revela capacidade fiscal, mas não registra automaticamente todos os acordos informais que tornavam a cobrança possível.

1.3 Crônicas, viajantes e distância cultural

Ibn Battuta, al-Umari, Ibn Khaldun, Ma Huan, Ruy González de Clavijo, Niccolò de' Conti e outros viajantes ou compiladores oferecem descrições valiosas. Nenhum é uma câmera neutra. Eles selecionaram práticas que pareciam admiráveis, estranhas ou úteis; repetiram informações de terceiros; adaptaram experiências a gêneros literários; e escreveram para públicos específicos.

Quando um viajante atribui riqueza extraordinária a uma corte, o historiador confronta a descrição com moedas, arqueologia, documentos fiscais e outras narrativas. Quando um cronista explica vitória por virtude do governante, é preciso reconstruir logística, alianças, recursos e circunstâncias. A fonte continua essencial justamente porque mostra, ao mesmo tempo, acontecimentos e formas históricas de interpretá-los.

1.4 Arqueologia, objetos e paisagens

Arqueologia amplia radicalmente o campo de visão. Cerâmica chinesa em portos africanos, moedas de Kilwa, estradas incas, terraços agrícolas, chinampas mesoamericanas, muralhas, oficinas, bairros e restos alimentares documentam práticas que textos oficiais tratam pouco. A distribuição de objetos não prova, sozinha, migração ou domínio político: uma peça pode circular por comércio, presente, pilhagem, herança ou imitação.

Paisagens são arquivos. Canais, reservatórios, campos elevados, pastagens, portos e estradas revelam trabalho acumulado. Análises de pólen, sedimentos e isótopos auxiliam a estudar ambiente e dieta. Resultados precisam ser associados a escalas e margens de erro; não se deve transformar uma seca detectada regionalmente em explicação automática para a queda de um império inteiro.

1.5 Fontes americanas e o filtro colonial

Para mexicas e incas, parte importante dos textos foi registrada depois da conquista europeia. Códices, depoimentos, crônicas e processos coloniais preservam conhecimentos indígenas, mas foram produzidos em situações de tradução, evangelização, disputa por terras e reorganização política. Nem tudo é simples invenção colonial; nada deve ser lido como acesso direto e sem mediação ao passado pré-hispânico.

Arqueologia, linguística histórica, iconografia, arquitetura, bioarqueologia e tradições comunitárias permitem cruzamentos. Quipus andinos registravam informação por cordões, cores, posições e nós; seu funcionamento completo permanece debatido. O cuidado metodológico é distinguir o que pode ser demonstrado, o que é reconstrução provável e o que segue como hipótese.

1.6 Comparar mecanismos, não rótulos

Este volume compara receita, trabalho, circulação, delegação regional, religião, forças militares, sucessão e memória. “Tributo” pode envolver bens, trabalho, serviços ou reconhecimento político. “Capital” pode ser sede permanente, conjunto de residências sazonais ou centro ritual. “Província” pode resultar de administração direta ou de acordos com elites locais.

Uma comparação responsável pergunta primeiro como cada instituição funcionava em seu contexto. Depois identifica semelhanças limitadas e diferenças explicativas. O objetivo não é decidir qual sociedade era “mais desenvolvida”, mas compreender como diferentes combinações de ecologia, conhecimento, negociação e coerção produziram autoridade em grande escala.

Mito versus evidência. Mito: sociedades com mais documentos escritos são automaticamente mais complexas. Evidência: volume documental depende de materiais, preservação e instituições; arqueologia e tradição oral revelam sistemas políticos e econômicos sofisticados que não deixaram arquivos equivalentes aos de Ming ou da Europa.

Leituras-base do capítulo: Marc Bloch, *Apologia da História*; John H. Arnold, *History: A Very Short Introduction*; Sanjay Subrahmanyam, *Connected Histories*; Patrick Manning, *Navigating World History*; Gary Urton, *Signs of the Inka Khipu*; Monica H. Green, *estudos sobre a história global da peste*.

2. O mundo por volta de 1300: conexões sem centro único

2.1 Um instantâneo policêntrico

Em torno de 1300, Yuan governava a China e reivindicava posição superior entre herdeiros de Chinggis Khan. O Ilcanato controlava o Irã e territórios vizinhos; a Horda de Ouro dominava corredores das estepes e recebia tributos de principados da Rus; o Canato de Chagatai articulava o interior da Ásia. A unidade imperial mongol já era mais memória e linguagem de legitimidade que comando único.

No Mediterrâneo oriental, Mamelucos governavam Egito e Síria; Bizâncio recuperara Constantinopla em 1261, mas enfrentava recursos limitados; principados turcos disputavam a Anatólia, entre eles o otomano. Em Delhi, os Khalji ampliavam o alcance do sultanato. Majapahit iniciava sua trajetória em Java. Mali controlava parte dos circuitos de ouro e comércio do Sahel. Na Europa ocidental, reinos, cidades e senhorios coexistiam com autoridade papal e imperial disputada.

Nas Américas, cidades maias pós-clássicas, señoríos mesoamericanos, sociedades do Mississípi e formações andinas ocupavam paisagens políticas diversas. Mexicas ainda não dirigiam a Tríplice Aliança; o domínio inca estava no futuro. A imagem global correta é a de muitos centros, com densidades de conexão diferentes.

2.2 Rotas e intermediários

Rotas terrestres e marítimas dependiam de cadeias. Tecidos, cavalos, metais, porcelanas, sal, ouro, especiarias, livros e pessoas passavam por mercadores, guias, carregadores, marinheiros, agentes fiscais e comunidades portuárias. Poucos viajantes atravessavam toda a extensão de uma rede. Mudanças de moeda, idioma, jurisdição e transporte fragmentavam cada percurso.

Portos do oceano Índico usavam ventos de monção e calendários de navegação. Caravanas cruzavam o Saara por poços e oásis. Estepes permitiam mobilidade rápida, mas exigiam pastagens, revezamento de animais e proteção. Rios e canais eram infraestruturas políticas: transportavam grãos, pessoas e informação, ao mesmo tempo que exigiam manutenção coletiva.

2.3 Cidades com funções diferentes

Dadu, Cairo, Delhi, Tabriz, Samarcanda, Kilwa, Paris e Tenochtitlán não formavam um único tipo de cidade. Algumas concentravam corte e burocracia; outras eram nós mercantis, centros religiosos ou capitais regionais. Muitas combinavam funções. Populações urbanas variavam sazonalmente e estimativas medievais são incertas.

O poder urbano dependia do campo. Grãos, combustível, água, animais e mão de obra precisavam chegar continuamente. Cidades também transformavam zonas rurais ao criar demanda, impostos e oportunidades. A oposição simples entre “urbano” e “rural” oculta famílias, propriedades e circuitos que atravessavam ambos.

2.4 Religião e autoridade

Islamismos, cristianismos, budismos, hinduísmos, tradições confucianas e rituais locais organizavam comunidades, calendários e legitimidades. Governantes financiavam templos, mesquitas, mosteiros, igrejas, santuários e estudiosos; instituições religiosas administravam terras, ensino, assistência e arquivos. Patrocínio não eliminava conflito entre especialistas religiosos e cortes.

Peregrinação conectava territórios de governos concorrentes. Meca recebia viajantes da África, Ásia e Mediterrâneo; Jerusalém atraía diversas comunidades; centros budistas e hindus articulavam redes próprias; peregrinações locais produziam mercados e alianças. Autoridade religiosa podia sustentar impérios, limitar governantes ou oferecer linguagem à resistência.

2.5 Trabalho, família e desigualdade

Impérios eram sustentados por famílias agrícolas, pastores, artesãos, mineradores, barqueiros, soldados, escribas e comerciantes. Obrigações incluíam impostos, rendas, corveias, serviço militar e entrega de bens. Escravidão e outras formas de dependência existiam em muitas regiões, com estatutos e trajetórias diferentes. Não devem ser reduzidas a um modelo único.

Mulheres participavam de produção, comércio, propriedade, transmissão dinástica e instituições religiosas, embora arquivos frequentemente minimizem sua ação. Elites familiares usavam casamento para alianças; comunidades empregavam parentesco para crédito, migração e proteção. A “casa” era também unidade econômica e política.

2.6 Antes da grande onda epidêmica

Por volta de 1300, populações em várias partes da Afro-Eurásia enfrentavam pressões ambientais, conflitos e crises alimentares regionais. Décadas depois, a peste se propagaria por redes extensas. A conexão favoreceu circulação de mercadorias, conhecimentos e pessoas; também ampliou possibilidades de transmissão de doenças. Isso não significa que comércio “causou” sozinho a pandemia. Patógeno, ecologia de hospedeiros, mobilidade, condições locais e respostas sociais interagiram.

Coexistências selecionadas em torno de 1300

Região	Formação política	Base de autoridade	Conexões relevantes
Leste Asiático	Yuan	Dinastia imperial de origem mongol; burocracia e hierarquias legais	China, Mongólia, Tibete, rotas interiores e marítimas
Ásia Central e ocidental	Chagatai e Ilcanato	Linhagem chinggisida, elites militares e administrações regionais	Estepes, Irã, Transoxiana, Mediterrâneo oriental
Norte do mar Negro	Horda de Ouro	Mobilidade de estepe, tributos e cidades comerciais	Rus, Cáucaso, mar Negro e Ásia Central
Mediterrâneo oriental	Mamelucos e Bizâncio	Sultanato militar; monarquia romano-cristã	Mar Vermelho, Levante, Anatólia e Mediterrâneo
Sul da Ásia	Sultanato de Delhi	Cavalaria, iqtas, corte e alianças locais	Planícies indo-gangéticas e Decão
Sudeste Asiático	Majapahit e poderes continentais	Corte, portos, mandalas e tributação variável	Mar de Java, estreitos e monções
África ocidental	Mali	Mansa, províncias, aliados e corredores comerciais	Sahel, savana, Saara e mundo islâmico
Américas	Maias pós-clássicos, Mississípi e Andes	Cidades, chefias e estados regionais diversos	Redes inter-regionais americanas, sem integração afro-eurasiática regular

3. Herdeiros dos mongóis: Yuan, Ilcanato, Chagatai e Horda de Ouro

3.1 Uma unidade desfeita, uma legitimidade duradoura

O império criado pelas conquistas do século XIII fragmentou-se em grandes formações que compartilhavam genealogia chinggisida, práticas diplomáticas e memórias de expansão. Elas competiam entre si, faziam alianças com poderes não mongóis e adaptavam-se a ambientes diferentes. “Pax Mongolica” é uma abreviação útil para certas facilidades de circulação, mas exagera uniformidade e paz: rotas continuaram sujeitas a guerras, tributos, riscos e mudanças políticas.

A ascendência de Chinggis Khan permaneceu recurso central. Mesmo conquistadores sem essa genealogia, como Timur, precisaram governar em nome de khans chinggisidas ou casar-se com a linhagem. A tradição não impedia inovação. Cortes empregavam escribas persas, chineses, turcos, árabes, uígures e outros especialistas, transformando repertórios anteriores.

3.2 Yuan: hierarquias e administração

Yuan combinou instituições dinásticas chinesas, governo imperial mongol e administrações diferenciadas. A população foi classificada em categorias jurídicas e políticas desiguais; posições, impostos e obrigações variavam. Funcionários locais, famílias letradas e especialistas não mongóis eram indispensáveis, apesar de tensões sobre recrutamento e acesso aos cargos.

O governo administrou transporte de grãos, correios, papel-moeda, obras hidráulicas e campanhas militares. Dadu era centro político; outras regiões mantinham importância econômica e cultural. O Tibete foi ligado à corte por relações religiosas e administrativas particulares. A imagem de domínio puramente estrangeiro ignora colaboração, mas a colaboração não elimina desigualdade e coerção.

3.3 Crise fiscal e fim de Yuan na China

No século XIV, cheias, problemas monetários, custos militares, disputas de corte e rebeliões enfraqueceram Yuan. O Rio Amarelo e suas obras tornaram-se foco fiscal e político. Movimentos rebeldes reuniram camponeses, líderes religiosos, contrabandistas, soldados e elites regionais com objetivos variados. Zhu Yuanzhang emergiu desse ambiente e proclamou Ming em 1368.

Explicar a queda como simples “expulsão nacional” é anacrônico. Identidades políticas existiam, mas coalizões eram complexas. Parte das elites e instituições Yuan foi incorporada; grupos mongóis continuaram a exercer poder ao norte; e a nova dinastia herdou problemas, práticas e territórios. A ruptura foi real sem ser total.

3.4 Ilcanato: persianização, islamização e fragmentação

O Ilcanato governou o Irã, o Iraque e áreas adjacentes. Administradores persas, elites militares mongóis, comunidades urbanas e instituições religiosas sustentavam receita e autoridade. A conversão do ilkhã Ghazan ao islã, em 1295, fortaleceu uma nova linguagem de legitimidade, mas não apagou de imediato pluralidade religiosa nem tradições políticas mongóis.

Rashid al-Din, vizir e autor de uma história universal, simboliza a combinação entre serviço estatal, erudição e vulnerabilidade política. Reformas fiscais buscavam limitar abusos e estabilizar receita. Após a morte de Abu Sa'id em 1335 sem herdeiro, o Ilcanato fragmentou-se em dinastias e poderes regionais. Redes culturais e administrativas sobreviveram à unidade dinástica.

3.5 Chagatai e a Ásia Central

O Canato de Chagatai atravessava zonas de estepe, oásis e cidades da Transoxiana. Tensões entre mobilidade pastoral e interesses urbanos não devem ser descritas como conflito entre “nômades” e “civilizados”. Elites podiam circular entre ambos, e cidades dependiam de animais, proteção e rotas das estepes. A islamização ocorreu de modo desigual e gradual.

No século XIV, divisões entre partes ocidentais e orientais favoreceram novas coalizões. Timur ascendeu na Transoxiana empregando alianças tribais, guerra e legitimidade chinggisida indireta. O mundo chagataida não desapareceu: línguas, identidades, instituições e linhagens continuaram centrais nos impérios posteriores.

3.6 Horda de Ouro, Rus e mar Negro

A Horda de Ouro controlava estepes e corredores que ligavam o Volga, o Cáucaso, a Crimeia e a Ásia Central. Cidades como Sarai eram centros de corte e comércio. Khans recebiam tributos de principados da Rus e confirmavam governantes locais; intermediários locais realizavam grande parte da arrecadação. A relação não era ocupação uniforme: combinava subordinação, autonomia, competição e serviço.

A adoção do islã por Öz Beg Khan reforçou conexões religiosas e comerciais. Portos do mar Negro ligavam mercadores italianos, armênios, gregos, judeus e muçulmanos. Conflitos internos e a expansão de Timur no fim do século XIV reduziram a coesão da Horda, mas canatos sucessores e relações políticas de estepe moldaram Moscóvia, Crimeia, Cazã e outros poderes por séculos.

Mito versus evidência. Mito: depois de 1300 o império mongol simplesmente “caiu”. Evidência: a unidade política fragmentou-se, mas linhagens, rotas, técnicas administrativas, idiomas de corte e modelos de soberania continuaram a organizar grande parte da Eurásia.

Leituras-base do capítulo: David Morgan, The Mongols; Peter Jackson, The Mongols and the Islamic World; Thomas T. Allsen, Culture and Conquest in Mongol Eurasia; Marie Favereau, The Horde; George Lane, Early Mongol Rule in Thirteenth-Century Iran; Morris Rossabi, Khubilai Khan.

4. Ming: reconstrução dinástica, burocracia e projeção marítima

4.1 Fundação e memória da conquista

Zhu Yuanzhang, de origem camponesa e trajetória monástica e militar, derrotou rivais rebeldes e proclamou a dinastia Ming em 1368. Como imperador Hongwu, apresentou seu governo como restauração da ordem após Yuan. A retórica de renovação apoiou calendários, rituais, leis e campanhas. Ao mesmo tempo, Ming herdou instituições, especialistas e territórios do período mongol.

O novo regime transferiu a capital inicialmente para Nanjing, reorganizou registros populacionais e tentou fixar obrigações de famílias e comunidades. A visão de uma sociedade rural estável, cada grupo cumprindo função definida, era projeto normativo. Migração, comércio, evasão, desastres e negociação local tornavam a realidade mais móvel.

4.2 Imperador, burocracia e vigilância

Hongwu concentrou autoridade e eliminou o cargo de grande chanceler após crises políticas. Ministérios e órgãos de fiscalização respondiam mais diretamente ao trono. Códigos, instruções e registros buscavam disciplinar funcionários. Punições políticas e expurgos demonstraram que centralização também produzia insegurança entre elites administrativas.

Os exames foram retomados e ampliados ao longo da dinastia, mas educação, recursos familiares e redes locais continuavam condicionando o acesso. Eunucos, oficiais letrados, comandantes militares, parentes imperiais e elites provinciais competiam e colaboravam. A oposição simples “eunucos versus burocratas” não explica todas as coalizões.

4.3 Terra, impostos e comunidades

Registros como cadastros de terra e população pretendiam tornar receita previsível. Famílias deviam grãos, tecidos, trabalho ou serviço; sistemas de transporte abasteciam capitais e fronteiras. Chefes locais, escribas e linhagens mediavam a cobrança. A precisão dos registros deteriorava-se quando propriedades mudavam, famílias migravam ou elites obtinham privilégios.

O governo promoveu reassentamentos e recuperação agrícola em áreas afetadas por guerra. A expansão do cultivo e a circulação comercial fortaleceram mercados regionais. A imagem de Ming inicial como economia “fechada” é enganosa: o Estado regulava intensamente certas trocas e missões, mas comércio privado e contrabando persistiam.

4.4 Yongle, Pequim e as expedições de Zheng He

O imperador Yongle tomou o trono após guerra civil e transferiu o centro político para Pequim. A construção e ampliação da Cidade Proibida, a manutenção do Grande Canal e campanhas ao norte demonstraram a escala de mobilização estatal. Projetos legitimavam o reinado, mas exigiam tributos, trabalho, materiais e logística.

Entre 1405 e 1433, grandes frotas comandadas por Zheng He navegaram pelo Sudeste Asiático e oceano Índico, chegando ao sul da Ásia, península Arábica e África oriental. As viagens combinaram diplomacia, comércio, demonstração de poder e participação em disputas portuárias. Não foram “descobrimientos” de regiões já integradas por marinheiros e mercadores.

O encerramento das expedições não significou abandono do mar. Custos, prioridades de fronteira, disputas de corte e mudanças políticas reduziram o patrocínio de frotas imperiais daquele tipo. Redes chinesas privadas continuaram ativas, e portos do Sudeste Asiático adaptaram-se à nova conjuntura.

4.5 Fronteiras, Grande Muralha e diplomacia

Ming enfrentou diferentes confederações mongóis e outros povos de fronteira. Campanhas, mercados, presentes, títulos, casamentos e fortificações formavam um repertório combinado. A “Grande Muralha” não era uma barreira contínua e imutável; sistemas de muros e fortes foram construídos e reorganizados em períodos diversos, com grande expansão posterior ao recorte principal deste volume.

Relações tributárias eram linguagem diplomática flexível. A corte descrevia emissários como portadores de tributo, enquanto parceiros podiam entendê-los como missões comerciais ou alianças. Aceitar título Ming não implicava controle direto. O historiador deve diferenciar cerimônia, reivindicação e capacidade efetiva.

4.6 Cultura material, impressão e vida social

Impressão, educação, medicina, literatura e colecionismo floresceram em ambientes urbanos e locais. Porcelanas de Jingdezhen circularam por grandes distâncias. A enciclopédia Yongle reuniu enorme repertório textual. Templos budistas e daoistas, cultos locais e práticas ancestrais coexistiam com promoção estatal do confucionismo.

Famílias organizavam propriedades, casamentos, educação e culto ancestral. Mulheres aparecem em biografias normativas, contratos, genealogias, arte e religião; as fontes muitas vezes valorizam castidade e obediência, mas também revelam gestão doméstica, produção têxtil e ação econômica. Legados Ming não cabem apenas na burocracia: incluem paisagens, objetos, livros e comunidades diaspóricas.

Governo Ming - projeto e prática

Campo	Projeto estatal	Funcionamento histórico
Administração	Autoridade imperial e ministérios disciplinados	Dependência de oficiais, eunucos, comandantes e elites locais
Fiscalidade	Cadastros estáveis de terra e famílias	Atualização irregular, negociação e evasão
Sociedade	Comunidades rurais com funções registradas	Migração, mercados e mobilidade ocupacional
Diplomacia	Ordem tributária centrada no imperador	Parceiros interpretavam missões segundo interesses próprios
Mar	Expedições oficiais e restrições ao comércio	Continuidade de redes privadas, portos e contrabando
Fronteira	Campanhas e fortificações	Mercados, títulos e acordos coexistiam com conflito

Leituras-base do capítulo: Timothy Brook, The Troubled Empire e The Confusions of Pleasure; Edward L. Dreyer, Zheng He; Patricia Buckley Ebrey, The Cambridge Illustrated History of China; Edward L. Farmer, Zhu Yuanzhang and Early Ming Legislation; Sarah Schneewind, A Tale of Two Melons; Timothy Brook, The Troubled Empire.

5. Timur e os timúridas: conquista, cidades e cultura de corte

5.1 Ascensão na Transoxiana

Timur nasceu na região de Kesh, próxima a Samarcanda, e ascendeu em um ambiente de fragmentação chagataida. Ele não descendia de Chinggis Khan pela linha masculina. Para legitimar-se, manteve khans chinggisidas como soberanos formais, casou-se com uma princesa da linhagem e adotou o título de güregen, “genro”. Sua autoridade combinava alianças tribais, distribuição de recompensas, capacidade militar e patronagem islâmica.

A construção do poder foi gradual. Timur derrotou rivais na Transoxiana, controlou o Khwarazm e lançou campanhas em direção ao Irã, Cáucaso, estepe, Índia, Síria e Anatólia. O resultado não foi um território administrado uniformemente. Governadores, príncipes e comandantes mantinham relações pessoais com o soberano, e regiões eram redistribuídas entre membros da dinastia.

5.2 Guerra, mobilidade e economia política

As campanhas timúridas tinham objetivos de segurança, prestígio, receita e disciplina das elites. Exércitos reuniam unidades de origens diversas e dependiam de cavalos, pastagens, informações e redes de abastecimento. Vitória permitia obter tributos, bens e especialistas. O deslocamento compulsório de artesãos para Samarcanda e outras cidades foi parte da política imperial.

Crônicas de corte magnificaram conquistas e organizaram violência como sinal de soberania. Essas narrativas devem ser confrontadas com logística, arqueologia e histórias regionais. Reconhecer destruição não exige aceitar números literais nem reduzir o império a campanhas: comércio, agricultura, oficinas e administração continuavam indispensáveis.

5.3 Samarcanda como projeto imperial

Timur transformou Samarcanda em centro de representação. Mesquitas, jardins, palácios, mausoléus e mercados materializavam conexões entre arquitetos e artesãos de diferentes regiões. Monumentos exibiam escala e refinamento, mas também revelavam concentração de recursos. A cidade era vitrine de um império que permanecia espacialmente desigual.

O embaixador castelhano Ruy González de Clavijo descreveu a corte e a cidade no início do século XV. Seu relato oferece detalhes sobre cerimônias, circulação e construção, filtrados por expectativas diplomáticas e distância cultural. Inscrições, edifícios e manuscritos completam o quadro.

5.4 Sucessão e governos timúridas

Após a morte de Timur em 1405, disputas sucessórias dividiram a dinastia. Shah Rukh consolidou grande parte do Irã e da Ásia Central a partir de Herat, enquanto seu filho Ulugh Beg governou Samarcanda. A relativa estabilidade não aboliu rivalidades; ela reorganizou a distribuição de cidades e receitas entre príncipes.

Herat tornou-se grande centro político e cultural. Gawhar Shad, esposa de Shah Rukh, patrocinou arquitetura e instituições, demonstrando a importância de mulheres dinásticas. Bibliotecas e oficinas produziram manuscritos ilustrados, caligrafia e historiografia. O persa consolidou-se como idioma de alta cultura e administração em amplas áreas, coexistindo com línguas turcas e árabe.

5.5 Ciência, livros e patronagem

Ulugh Beg patrocinou observatório e tabelas astronômicas em Samarcanda. O trabalho dependia de equipes, instrumentos e tradições científicas anteriores, não de gênio isolado. Patronagem podia criar condições excepcionais e também permanecer vulnerável às mudanças políticas.

As artes do livro atingiram alto refinamento em Herat. Pintura, encadernação, caligrafia e produção de papel integravam oficinas especializadas. Obras circulavam como presentes diplomáticos e modelos estéticos. Falar em “Renascimento timúrida” pode destacar inovação, mas a categoria deve ser usada com cautela: ela não representa simples renascimento de uma cultura morta nem cópia do Renascimento italiano.

5.6 Heranças e transições

No fim do século XV, uzbeques avançaram sobre a Transoxiana, enquanto poderes regionais disputavam o Irã. Babur, descendente de Timur e Chinggis Khan, perderia Samarcanda e mais tarde fundaria o Império Mogol na Índia. Safávidas, otomanos e mogóis herdaram práticas, especialistas e repertórios timúridas sem serem continuções idênticas.

O legado inclui urbanismo, cultura persianizada de corte, genealogias, oficinas e redes intelectuais. Também inclui memórias divergentes de conquista. A mesma figura pode aparecer como fundador prestigioso, patrono ou agente de devastação; o historiador deve localizar cada memória no contexto que a produziu.

Mito versus evidência. Mito: Timur reconstruiu integralmente o império de Chinggis Khan. Evidência: usou legitimidade chinggisida e conquistou regiões extensas, mas governou por relações dinásticas e militares próprias, sem restaurar a antiga unidade mongol.

Leituras-base do capítulo: Beatrice Forbes Manz, The Rise and Rule of Tamerlane e Power, Politics and Religion in Timurid Iran; Maria E. Subtelny, Timurids in Transition; Thomas W. Lentz e Glenn D. Lowry, Timur and the Princely Vision; Svat Soucek, A History of Inner Asia.

6. Otomanos, Bizâncio e Mamelucos: poderes do Mediterrâneo oriental

6.1 A Anatólia depois dos seljúcidas

No início do século XIV, principados turcos ocupavam a Anatólia ocidental e central, enquanto Bizâncio mantinha territórios reduzidos. O principado otomano formou-se na fronteira bitínia. Sua ascensão não resulta de uma única causa religiosa ou étnica. Posição geográfica, alianças, absorção de guerreiros, casamentos, cooperação de populações cristãs e muçulmanas e acesso a recursos contribuíram.

O conceito de ghaza, guerra legitimada em linguagem islâmica, aparece em fontes e inscrições, mas não explica sozinho a expansão. Governantes otomanos negociavam com vizinhos cristãos, empregavam convertidos e mantinham vassalos. Fronteira era ambiente de competição e mistura, não parede fixa entre duas civilizações.

6.2 Dos Bálcãs a um império dinástico

Orhan tomou Bursa e expandiu instituições. Sob Murad I e Bayezid I, os otomanos avançaram nos Bálcãs, incorporaram principados e exigiram serviço ou tributo. Timars destinavam receitas a cavaleiros e oficiais em troca de obrigações; não eram propriedade privada plena. Registros posteriores ajudam a reconstruir o sistema, mas ele mudou ao longo do tempo.

Corpos militares e administrativos recrutaram pessoas de diferentes origens. O devşirme, mais sistemático nos séculos seguintes, retirava jovens cristãos de certas comunidades para serviço do sultão, conversão e treinamento. Ele abriu trajetórias de poder para alguns e representou coerção para famílias. Uma análise equilibrada não o descreve nem como pura meritocracia nem como experiência uniforme.

6.3 Ancara, interregno e recuperação

Bayezid I foi derrotado por Timur em Ancara, em 1402. Seguiu-se disputa entre príncipes otomanos. O Estado não desapareceu: redes administrativas, elites regionais, bases fiscais e dinásticas permitiram a reunificação sob Mehmed I. Murad II retomou expansão e consolidou vassalagens.

O episódio demonstra que derrotas militares não produzem automaticamente colapso. A sobrevivência depende de instituições e coalizões. Também mostra a importância da Anatólia como espaço de múltiplos principados, que não aguardavam passivamente a incorporação otomana.

6.4 Bizâncio e Constantinopla

Bizâncio dos Paleólogos possuía prestígio imperial, vida intelectual e posição estratégica, mas recursos territoriais e fiscais limitados. Disputas civis agravaram dependência de aliados sérvios, búlgaros, italianos e turcos. Gênova e Veneza mantinham interesses comerciais e bairros no espaço do estreito.

Em 1453, Mehmed II conquistou Constantinopla após cerco que combinou artilharia, bloqueio, engenharia e forças terrestres e navais. A queda encerrou o governo imperial bizantino na cidade, não a existência de comunidades gregas ou tradições romanas orientais. Mehmed apropriou-se de títulos e símbolos, transformou a cidade em capital e promoveu repovoamento com grupos de várias origens.

6.5 Mamelucos: governo militar e comércio

O Sultanato Mameluco controlava Egito e Síria, protegia rotas de peregrinação e exercia autoridade sobre Meca e Medina. Sua elite era renovada por compra, treinamento, conversão e libertação de soldados de origem principalmente turca e, depois, circassiana. O sistema não dependia de sucessão dinástica simples, embora famílias e casas militares acumulassem redes.

Cairo era centro político, acadêmico e comercial. Receitas de terra, alfândegas e comércio do mar Vermelho sustentavam o governo e patronagem. Mercadores do Índico, negociantes mediterrânicos e comunidades locais conectavam especiarias e outros bens. Os sultões regulavam e taxavam fluxos sem controlá-los integralmente.

6.6 Religião, comunidades e diplomacia

Juristas, sufis, patriarcados cristãos, mosteiros e comunidades judaicas organizavam vida social. O estatuto de comunidades não muçulmanas incluía impostos e restrições, mas sua aplicação variava. Em cidades otomanas e mamelucas, convivência cotidiana coexistia com hierarquia e momentos de pressão.

Veneza, Gênova, Hungria, Polônia-Lituânia, principados balcânicos, Aq Qoyunlu e outros poderes negociaram e lutaram com otomanos. Tratados comerciais e embaixadas mostram que o Mediterrâneo não se dividiu em blocos isolados. A expansão otomana reorganizou as rotas; não “fechou” subitamente todo o comércio entre Ásia e Europa.

Três formações do Mediterrâneo oriental

Aspecto	Otomanos	Bizâncio tardio	Mamelucos
Centro político	Bursa, Edirne e depois Constantinopla	Constantinopla	Cairo
Base militar	Casa dinástica, timars, vassalos e tropas do sultão	Forças limitadas, mercenários e aliados	Casas militares mamelucas e tropas auxiliares
Receita	Agricultura, tributos, alfândegas e territórios incorporados	Domínio territorial reduzido e impostos urbanos	Iqtas, agricultura, alfândegas e comércio
Legitimidade	Sultanato islâmico e apropriação de tradições imperiais	Continuidade romana e cristianismo ortodoxo	Defesa do islã, cidades sagradas e elite militar
Relações externas	Guerra, vassalagem, casamento e tratados	Diplomacia entre potências maiores	Diplomacia mediterrânica, mar Vermelho e peregrinação

Leituras-base do capítulo: Cemal Kafadar, Between Two Worlds; Caroline Finkel, Osman's Dream; Halil İnalcık, The Ottoman Empire: The Classical Age; Kate Fleet, European and Islamic Trade in the Early Ottoman State; Donald Nicol, The Last Centuries of Byzantium; Carl F. Petry, The Mamluk Sultanate.

7. Índia: Sultanato de Delhi, Vijayanagara e estados regionais

7.1 Delhi no início do século XIV

Sob Alauddin Khalji, o Sultanato de Delhi expandiu-se e lançou campanhas no Decão. O governo buscou fortalecer receita, abastecimento e cavalaria. Medidas de mercado descritas por cronistas visavam sustentar corte e exército; sua aplicação fora da capital é discutida. Conquistas não equivaleram sempre a administração direta: tributos, governadores e alianças locais produziram graus diferentes de controle.

O sultanato era uma formação indo-islâmica, não simples extensão estrangeira. Elites de origem turca, afegã, persa e indiana competiam e se misturavam. Funcionários, banqueiros, comerciantes, proprietários, chefes rurais e comunidades religiosas participavam do governo. O persa era idioma de corte e administração, enquanto muitas línguas regionais floresciam.

7.2 Tughluqs, ambição e limites

Muhammad bin Tughluq tentou ampliar controle sobre o subcontinente, transferiu temporariamente a capital para Daulatabad e realizou experiências monetárias e fiscais. Crônicas posteriores frequentemente o apresentam como governante excêntrico. Uma leitura crítica separa projetos racionais em escala imperial de implementação coercitiva, informação limitada e resistência.

Rebeliões e dificuldades logísticas favoreceram independência de regiões. O Sultanato Bahmani formou-se no Decão em 1347; Bengala e outros estados consolidaram autonomia. Firoz Shah Tughluq investiu em canais, cidades e patronagem, ao mesmo tempo que reforçou concessões e hierarquias. Em 1398, a campanha de Timur contra Delhi agravou fragmentação, mas a cidade e instituições regionais se recuperaram.

7.3 Vijayanagara: formação e expansão

Vijayanagara surgiu no século XIV no sul da Índia. Os irmãos Harihara e Bukka são associados à fundação, mas narrativas posteriores sobre origens religiosas precisam ser confrontadas com inscrições e política regional. A capital no vale do Tungabhadra articulava fortificações, templos, mercados, reservatórios e áreas agrícolas.

Governantes incorporaram chefes locais e distribuíram direitos de receita e comando. O sistema nayaka tornou-se especialmente importante, embora sua forma posterior não deva ser projetada integralmente sobre o século XIV. Cavalos importados eram recurso estratégico; portos e intermediários conectavam o império ao oceano Índico.

7.4 Bahmani, Bengala, Gujarat e outros centros

O subcontinente não se dividia apenas entre Delhi e Vijayanagara. Bahmani competia no Decão, mas também compartilhava especialistas, estilos arquitetônicos e mercados com vizinhos. Gujarat enriqueceu por agricultura, manufaturas e portos. Bengala combinou rios, produção têxtil, agricultura e sultanato regional. Rajputs e outros poderes governavam territórios variados.

Guerra entre estados de religiões diferentes não foi conflito religioso permanente. Alianças atravessavam identidades; soldados e administradores serviam cortes diversas; arquitetura e linguagem política circulavam. Religião importava profundamente, mas era um elemento entre dinastia, território, receita e honra.

7.5 Campo, cidade e comércio

Agricultores produziam arroz, trigo, milhetos, algodão, açúcar e outras culturas em ecologias distintas. Sistemas de irrigação dependiam de governos, templos, comunidades e proprietários. Cidades como Delhi, Daulatabad, Vijayanagara, Cambay e portos bengalis concentravam oficinas e mercados. Tecidos indianos eram importantes no comércio marítimo.

Templos e santuários sufis recebiam doações, empregavam pessoas e organizavam festivais e redistribuição. Mercadores usavam parentesco, crédito e comunidades religiosas para operar entre portos. A participação no oceano Índico não dependia de uma marinha imperial única.

7.6 Cultura, tradução e sociedade

Bhakti abrangeu movimentos devocionais variados, expressos em línguas regionais e relacionados a comunidades locais. Redes sufis conectavam mestres, discípulos e santuários. Relações entre tradições incluíam empréstimos, debate, patronagem e conflito; “sincretismo” pode ocultar diferenças se usado como solução automática.

Mulheres aparecem como trabalhadoras, proprietárias, doadoras, poetisas, devotas e membros de dinastias, embora normas patriarcais limitassem direitos de maneiras distintas. Castas e comunidades ocupacionais estruturavam acesso a terra, honra e trabalho, mas eram negociadas regionalmente e mudavam com urbanização e serviço estatal.

Mito versus evidência. Mito: a Índia do período foi uma guerra contínua entre um norte muçulmano e um sul hindu. Evidência: existiam numerosos estados, alianças cruzadas, circulação de especialistas e conflitos internos; religião influía na política sem determinar sozinha todas as coalizões.

Leituras-base do capítulo: Richard M. Eaton, India in the Persianate Age; Catherine B. Asher e Cynthia Talbot, India Before Europe; Burton Stein, Vijayanagara; Phillip B. Wagoner, Tidings of the King; Sunil Kumar, The Emergence of the Delhi Sultanate; Richard M. Eaton, India in the Persianate Age.

8. Sudeste Asiático: Majapahit, Ayutthaya, Đại Việt e Malaca

8.1 Mandalas, portos e soberania graduada

Estados do Sudeste Asiático são frequentemente descritos pelo modelo de mandala: centros projetavam autoridade por alianças, tributos e rituais, com fronteiras graduadas. O conceito ajuda a evitar mapas rígidos, mas não deve substituir pesquisa específica. Alguns governos mantinham administração intensa em áreas centrais e influência mais negociada em periferias.

Monções, estreitos, rios e deltas estruturavam circulação. Portos conectavam agricultores, pescadores, marinheiros, mercadores e cortes. O comércio marítimo não eliminava bases agrárias; arroz, florestas e trabalho local sustentavam cidades e expedições.

8.2 Majapahit e o mundo javanês

Majapahit formou-se em 1293 após conflitos que envolveram forças Yuan e rivais javaneses. Sob Tribhuwana e Hayam Wuruk, com o destacado ministro Gajah Mada, a corte ampliou alianças e reivindicações. O poema Nagarakretagama lista lugares associados ao poder de Majapahit, mas listas cerimoniais não equivalem a ocupação direta de todo o arquipélago.

O centro em Java dependia de agricultura irrigada, tributos, portos e redes aristocráticas. Hinduísmo, budismo e cultos locais coexistiam na corte e nas comunidades. Trowulan, associada à capital, revela canais, estruturas, cerâmica e produção artesanal. No século XV, disputas dinásticas e crescimento de sultanatos portuários reduziram a centralidade de Majapahit.

8.3 Ayutthaya e o continente

Ayutthaya foi fundada em 1351 no vale do Chao Phraya. Sua posição favorecia acesso a arrozais, rios e comércio marítimo. Governantes incorporaram cidades e populações por guerra, casamento, tributo e hierarquias de dependência. A corte mobilizou tradições tai, khmer e budistas, demonstrando que formação estatal envolvia apropriação regional.

O reino competiu com Angkor e outros centros. A tomada de Angkor por forças de Ayutthaya em 1431 é marco tradicional, mas a transformação do mundo angkoriano também envolveu mudanças econômicas, ambientais e políticas. Angkor não desapareceu subitamente, e populações e práticas continuaram.

8.4 Đại Việt e Champa

Após séculos de relação com impérios chineses, Đại Việt mantinha monarquia própria, burocracia letrada e tradições budistas e locais. A dinastia Hồ foi derrotada por Ming, que ocupou a região no início do século XV. A resistência liderada por Lê Lợi expulsou as forças Ming e estabeleceu a dinastia Lê posterior em 1428.

Sob Lê Thánh Tông, o Estado ampliou códigos, exames e administração. A expansão ao sul pressionou Champa; em 1471, uma grande campanha enfraqueceu decisivamente o reino cham, mas comunidades cham sobreviveram. A história regional não deve ser narrada apenas como avanço inevitável vietnamita.

8.5 Malaca e uma nova centralidade marítima

Malaca surgiu no início do século XV em posição estratégica no estreito. Sua corte oferecia proteção, armazéns, regras e mediação para comerciantes de origens diversas. Relações com Ming ajudaram a equilibrar pressões de vizinhos. A conversão da dinastia ao islã integrou o sultanato a redes religiosas e mercantis sem apagar práticas locais.

O porto funcionava por especialização de comunidades, autoridades portuárias, intérpretes e normas comerciais. A língua malaia ampliou seu papel como meio de comunicação. Malaca não monopolizava todo o comércio; competia e cooperava com numerosos portos. Sua importância mostra como um centro relativamente pequeno podia exercer influência por serviços e posição, não apenas por território.

8.6 Zheng He e diplomacia regional

As frotas Ming visitaram portos do Sudeste Asiático, reconheceram governantes, transportaram emissários e interferiram em disputas. Para cortes locais, a relação com Ming podia fornecer prestígio, comércio e proteção. Isso não as tornava simples províncias chinesas. Cada lado interpretava cerimônias segundo seu vocabulário político.

Mercadores muçulmanos, chineses, javaneses, tâmeis e outros grupos criavam bairros e redes familiares. Conversão religiosa seguia ritmos distintos e frequentemente avançava por portos antes de interiores. O período prepara a paisagem que portugueses encontrariam no século XVI; eles entraram em redes antigas, não inauguraram o comércio asiático.

Formas de poder no Sudeste Asiático, c. 1300-1500

Formação	Base territorial	Instrumentos de integração	Limites do controle
Majapahit	Java oriental e redes insulares	Corte, agricultura, tributo, alianças e portos	Listas de dependências não provam ocupação direta
Ayutthaya	Vale do Chao Phraya	Arroz, rios, vassalagens, guerra e ritual	Cidades tributárias mantinham interesses próprios
Đại Việt	Delta do Rio Vermelho e expansão ao sul	Burocracia, exames, códigos e colonização	Fronteiras com montanhas e Champa eram disputadas
Champa	Centros costeiros do atual Vietnã	Portos, chefias, comércio e santuários	Fragmentação regional e pressão de vizinhos
Malaca	Porto e estreito	Proteção mercantil, diplomacia, islã e língua malaia	Influência marítima maior que domínio territorial direto

Leituras-base do capítulo: Kenneth R. Hall, A History of Early Southeast Asia; Victor Lieberman, Strange Parallels; John N. Miksic, Singapore and the Silk Road of the Sea; Anthony Reid, Southeast Asia in the Age of Commerce; Geoff Wade e Sun Laichen, orgs., Southeast Asia in the Fifteenth Century: The China Factor; O. W. Wolters, History, Culture, and Region in Southeast Asian Perspectives.

9. Joseon e Muromachi: novas ordens na Coreia e no Japão

9.1 Do fim de Goryeo à fundação de Joseon

Goryeo enfrentou interferência Yuan, disputas aristocráticas, ataques marítimos e reformas no século XIV. A retirada da autoridade Yuan abriu espaço para novas coalizões. O general Yi Seong-gye assumiu o poder e fundou Joseon em 1392. A mudança dinástica foi apresentada como renovação moral e política, sustentada por estudiosos neoconfucianos e reorganização da propriedade.

A capital foi transferida para Hanyang, atual Seul. Palácios, muralhas, altares e vias expressavam uma ordem ritual. O governo elaborou códigos, registros de terra, censos e instituições centrais, mas dependia de magistrados locais e elites yangban. A dinastia não era uma máquina uniforme: facções letradas e famílias disputavam nomeações, interpretações clássicas e recursos.

9.2 Terra, elites e comunidades em Joseon

Reformas procuraram limitar grandes propriedades e redistribuir direitos de receita a funcionários. Com o tempo, linhagens e elites locais reconstruíram influência. Camponeses pagavam impostos e prestavam serviço; artesãos e grupos de estatuto inferior possuíam obrigações específicas. Pessoas escravizadas, chamadas nobi em muitos registros, podiam pertencer ao Estado ou a particulares, com condições diversas.

O neoconfucionismo reorganizou rituais familiares, educação e ideais de gênero. Normas patrilineares se fortaleceram gradualmente; elas não foram aplicadas de forma instantânea ou idêntica. Mulheres continuaram a herdar, administrar casas e participar de rituais em condições que mudaram durante a dinastia. Comparar leis e práticas evita confundir ideal normativo com vida cotidiana.

9.3 Sejong, escrita e conhecimento

O reinado de Sejong, de 1418 a 1450, é associado a projetos de astronomia, agricultura, música, medicina e administração. Em 1443, a corte desenvolveu o sistema de escrita hoje conhecido como hangul, divulgado no Hunminjeongeum. O objetivo era representar sons do coreano de modo mais acessível que os caracteres chineses usados na escrita erudita.

A inovação encontrou resistência de parte dos letrados, que temiam efeitos sobre hierarquia cultural e exames. Caracteres chineses continuaram importantes; a nova escrita ganhou usos diversos ao longo do tempo. O episódio mostra que tecnologia intelectual depende de instituições, públicos e disputas sociais.

9.4 Relações com Ming, Jurchens e Japão

Joseon reconhecia a centralidade ritual de Ming e enviava missões que também viabilizavam comércio e intercâmbio. Essa relação não eliminava soberania interna. Ao norte, o governo negociou, combateu e incorporou grupos jurchens; fortaleceu fortalezas e assentamentos. Fronteira era zona de mobilidade e alianças.

Ataques de piratas conhecidos como wakō atingiam costas coreanas e chinesas. O termo reunia grupos de composição variável, não apenas japoneses. Joseon combinou defesa, diplomacia e campanhas, incluindo a expedição à ilha de Tsushima em 1419. Comércio autorizado com autoridades japonesas coexistia com esforços de controle marítimo.

9.5 Muromachi e o xogunato Ashikaga

No Japão, a tentativa do imperador Go-Daigo de restaurar governo imperial direto foi seguida por conflito e pela formação do xogunato Ashikaga em Kyoto. Durante parte do século XIV, duas cortes imperiais rivais reivindicaram legitimidade. Ashikaga Yoshimitsu promoveu reunificação, cultura de corte e relações com Ming.

O xogunato dependia de governadores militares, os shugo, e de redes de guerreiros. Sua autoridade variava regionalmente. Senhores locais, mosteiros, aldeias e cidades mercantis possuíam capacidade própria. Descrever o período como “feudalismo japonês” pode ajudar em comparações limitadas, mas não deve importar automaticamente instituições europeias.

9.6 Comércio, cultura e guerras de Ōnin

Missões oficiais com Ming envolviam comércio e reconhecimento diplomático; a corte chinesa classificava a relação em linguagem tributária. Moedas chinesas circularam amplamente no Japão. Portos, mercadores e comunidades religiosas conectavam o arquipélago à Coreia, Ryukyu e Sudeste Asiático.

Teatro nō, poesia, jardins, arquitetura, pintura a tinta e rituais do chá desenvolveram-se em ambientes de patronagem e circulação. A guerra de Ōnin, iniciada em 1467, fragmentou ainda mais a autoridade central e abriu o período Sengoku. A guerra não eliminou comércio, comunidades ou produção cultural; em várias regiões, aldeias e ligas urbanas organizaram autodefesa e governo.

Joseon e Muromachi em comparação

Aspecto	Joseon	Muromachi
Centro de autoridade	Monarquia dinástica e burocracia letrada	Xogunato, corte imperial e governadores militares
Ideologia	Neoconfucionismo estatal, rituais e exames	Repertórios guerreiros, budismos e cultura de corte
Administração local	Magistrados e elites yangban	Shugo, guerreiros locais, mosteiros e comunidades
Relação com Ming	Missões diplomáticas, comércio e autonomia interna	Missões comerciais e reconhecimento negociado
Crise do século XV	Disputas de corte e sucessão, sem colapso dinástico	Guerra de Ōnin e crescente fragmentação regional

Leituras-base do capítulo: Martina Deuchler, The Confucian Transformation of Korea; Michael J. Seth, A History of Korea; Martina Deuchler, The Confucian Transformation of Korea; Pierre-François Souyri, Modern Japan: A Social History; Mary Elizabeth Berry, The Culture of Civil War in Kyoto; John Whitney Hall, Government and Local Power in Japan.

10. África ocidental: Mali, Songhai, cidades e saberes do Sahel

10.1 Evidências e escalas do poder

A história de Mali e Songhai combina tradições orais, crônicas árabes redigidas mais tarde, relatos de viajantes, geografia, manuscritos, arqueologia e linguística. A epopeia de Sundiata preserva memórias de fundação e valores sociais, mas possui versões e performances diversas. Textos de al-Umari e Ibn Battuta revelam observações e informações indiretas, mediadas por expectativas islâmicas.

Mapas que desenham Mali como território compacto podem confundir influência com administração. O poder era mais intenso em núcleos, rotas e cidades e mais negociado nas periferias. Províncias, reinos aliados e chefes locais entregavam tributos, soldados ou reconhecimento em condições variáveis.

10.2 Mali, mansas e corredores comerciais

Mali formou-se no século XIII e alcançou grande prestígio sob Mansa Musa, cujo reinado se situa no início do XIV. O mansa dirigia uma corte, nomeava representantes e mantinha relações com elites regionais. Agricultura da savana e do vale do Níger sustentava populações; ouro, sal, cobre, tecidos e outros bens circulavam por redes transaarianas e locais.

O ouro não vinha todo de minas controladas diretamente pelo mansa. Governantes buscavam dominar corredores, mercados e tributação, enquanto áreas produtoras preservavam autonomia. Comerciantes especializados e comunidades diaspóricas conectavam savana e Saara. Camelos eram essenciais na travessia desértica, mas transporte fluvial e terrestre regional era igualmente importante.

10.3 A peregrinação de Mansa Musa

A peregrinação de Mansa Musa a Meca, em 1324-1325, projetou Mali no imaginário mediterrânico e islâmico. Fontes destacam a quantidade de ouro distribuída e o esplendor da comitiva. Números devem ser tratados criticamente; o acontecimento ainda demonstra capacidade logística, diplomacia e desejo de reconhecimento.

Musa estabeleceu contatos com estudiosos e artesãos e patrocinou instituições ao retornar. A peregrinação não “introduziu” o islã em Mali, onde mercadores e cortes já mantinham relações antigas. Ela fortaleceu certos circuitos e símbolos. A maioria da população continuava a combinar práticas locais e influências islâmicas em ritmos diversos.

10.4 Timbuktu, Djenné e Gao

Timbuktu cresceu como entreposto e centro de aprendizagem, especialmente nos séculos XV e XVI. Djenné articulava agricultura, mercados e rotas do Níger; Gao era sede de poder songhai. “Universidade de Sankore” é expressão moderna que pode criar imagem de uma instituição única semelhante às universidades atuais. O ensino ocorria em mesquitas, círculos de estudiosos e relações pessoais entre mestres e alunos.

Manuscritos abordam direito, teologia, gramática, astronomia, medicina, comércio e correspondência. Muitos exemplares preservados são posteriores a 1500, mas documentam tradições enraizadas. Bibliotecas familiares demonstram que produção escrita africana não se limitava a cortes nem foi importação sem raízes locais.

10.5 Fragmentação de Mali e ascensão de Songhai

No século XV, Mali perdeu influência sobre algumas regiões devido a disputas internas, mudanças de rotas e crescimento de poderes vizinhos. Songhai, centrado em Gao, ampliou controle do vale do Níger. Sunni Ali, a partir de 1464, conquistou Timbuktu e Djenné e construiu uma formação militar e fluvial extensa.

Crônicas de Timbuktu, escritas em ambientes de estudiosos muçulmanos, apresentam Sunni Ali de modo crítico. Elas precisam ser lidas como evidência de conflito entre corte, cidades e especialistas religiosos, não como descrição neutra. Após 1493, Askia Muhammad fundou nova dinastia e aprofundou conexões islâmicas, processo que pertence também ao Volume 9.

10.6 Trabalho, escravidão e sociedade

Agricultores, pescadores, pastores, artesãos, comerciantes e especialistas religiosos sustentavam as formações sahelianas. Hierarquias de linhagem, profissão e dependência variavam. Pessoas escravizadas trabalhavam em casas, agricultura, mineração, transporte e cortes; rotas transaarianas também deslocavam cativos. É necessário reconhecer essas estruturas sem supor identidade com a escravidão atlântica moderna.

Mulheres aparecem menos nos textos externos, mas participavam de agricultura, mercados, famílias políticas e tradições orais. Griots e outros especialistas preservavam genealogias, música e memória pública. Oralidade e escrita coexistiam; nenhuma era simples substituta da outra.

Mito versus evidência. Mito: Timbuktu foi uma cidade isolada no deserto ou uma cópia africana de universidade europeia. Evidência: era nó saheliano ligado ao rio, caravanas, mercados, mesquitas, professores e bibliotecas familiares com instituições próprias.

Leituras-base do capítulo: Michael A. Gomez, African Dominion; Nehemia Levtzion, Ancient Ghana and Mali; François-Xavier Fauvelle, The Golden Rhinoceros; David C. Conrad, Empires of Medieval West Africa; Ralph A. Austen, Trans-Saharan Africa in World History; UNESCO, General History of Africa, volume IV.

11. África oriental e nordeste: Etiópia, suaílis e Grande Zimbábue

11.1 Um mosaico regional

O nordeste e a costa oriental africana reuniam reinos cristãos, sultanatos muçulmanos, cidades portuárias, sociedades pastoris e estados do interior. O mar Vermelho e o oceano Índico conectavam a região à Arábia, Egito, Pérsia, Índia e Sudeste Asiático. Conexão marítima não apagava dinâmicas africanas: produtos, idiomas e instituições eram produzidos localmente.

Arqueologia, inscrições, moedas, tradições orais, manuscritos ge'ez, relatos árabes e objetos importados formam arquivos complementares. A documentação varia muito entre regiões. Ausência de crônica contínua não significa ausência de Estado.

11.2 A dinastia salomônica na Etiópia

Yekuno Amlak estabeleceu a dinastia salomônica em 1270. Genealogias ligavam os reis a Salomão e à rainha de Sabá, tradição sistematizada no Kebra Nagast. O texto legitimava a dinastia e a identidade cristã; não deve ser lido como registro literal de descendência antiga.

Reis mantinham corte móvel, circulando para consumir tributos, administrar alianças e sustentar exércitos. Mosteiros eram centros de escrita, terra e autoridade. O cristianismo etíope possuía tradições próprias e relações com o patriarcado copta de Alexandria. Disputas entre reis e comunidades monásticas influenciaram reformas e doações.

11.3 Sultanatos e fronteiras no Chifre da África

Sultanatos como Ifat e depois Adal conectavam planaltos, baixadas e portos do mar Vermelho. Comerciantes, estudiosos e governantes muçulmanos participavam de redes locais e internacionais. Conflitos com a monarquia cristã tinham dimensões territoriais, fiscais e religiosas, mas períodos de comércio e negociação também existiam.

O controle de rotas entre interior e costa era estratégico. Pastores e comunidades fronteiriças podiam mudar de aliança. Mapas que separam uma Etiópia cristã compacta de um entorno muçulmano igualmente compacto escondem populações mistas e soberania descontínua.

11.4 Cidades suaílis

Kilwa, Mombasa, Malindi, Pate, Lamu e outros centros eram cidades africanas de língua suaíli e religião predominantemente islâmica, conectadas pelo oceano Índico. Sua arquitetura em coral, mesquitas, tumbas, moedas e cerâmica demonstra riqueza e identidades urbanas. Importações chinesas ou persas eram pequena parte de conjuntos materiais majoritariamente locais.

Kilwa atingiu grande prosperidade nos séculos XIII e XIV ao intermediar ouro, marfim e outros produtos. Governantes urbanos cunharam moedas e patrocinaram construções. Autoridade era municipal e regional; não existiu um único “Império Suaíli”. Casas, linhagens mercantis e conselhos organizavam relações.

11.5 Grande Zimbábue e o interior

Grande Zimbábue floresceu entre aproximadamente os séculos XI e XV. Muros de pedra sem argamassa, áreas residenciais, objetos de ouro, contas e cerâmicas evidenciam centro político e ritual ligado a criação de gado, agricultura e comércio. A palavra “zimbabwe” relaciona-se a casas de pedra em línguas shona.

Teorias coloniais negaram autoria africana e atribuíram as ruínas a estrangeiros. Arqueologia demonstrou sua construção por sociedades ancestrais shona. A circulação de bens do Índico não transforma o sítio em colônia costeira. Poder local controlava produção e conexões do interior.

O declínio da centralidade no século XV pode envolver mudanças ambientais, reorientação de rotas e ascensão de outros centros, como Khami e poderes Mutapa. Não há evidência para uma única catástrofe explicativa.

11.6 Oceano Índico como espaço compartilhado

Marinheiros conheciam monções, correntes e portos. Mercadores árabes, persas, indianos e africanos formavam famílias e comunidades costeiras. O islã oferecia instituições e linguagem comum a muitos agentes, mas comércio incluía parceiros de diversas religiões.

As viagens de Zheng He alcançaram portos da África oriental. Animais, presentes e emissários circularam até a corte Ming. Esses contatos foram episódios em história marítima anterior e não prova de controle chinês. A região exercia agência ao escolher parceiros, negociar tributos e redirecionar mercadorias.

Evidências da África oriental e nordeste

Tipo de fonte	O que permite estudar	Cuidado necessário
Manuscritos ge'ez	Dinastia, igreja, mosteiros e memória	Genealogias e milagres têm funções de legitimidade
Crônicas e geografias árabes	Rotas, cidades, produtos e política	Informações podem ser indiretas ou seletivas
Arqueologia suaíli	Casas, mesquitas, alimentação e comércio	Importados não representam toda a economia
Moedas de Kilwa	Autoridade urbana e circulação	Distribuição monetária não equivale a fronteira estatal
Grande Zimbábue	Urbanismo, produção e hierarquia	Evitar narrativas coloniais de origem estrangeira
Linguística e oralidade	Migrações, identidades e memória	Datas e camadas exigem cruzamento com outras fontes

Leituras-base do capítulo: David W. Phillipson, Foundations of an African Civilisation: Aksum and the Northern Horn; Taddesse Tamrat, Church and State in Ethiopia; Mark Horton e John Middleton, The Swahili; Chapurukha M. Kusimba, The Rise and Fall of Swahili States; Peter Garlake, Great Zimbabwe; Innocent Pikirayi, The Zimbabwe Culture.

12. Europa e Mediterrâneo ocidental: monarquias, cidades e fronteiras

12.1 Não um continente de Estados nacionais prontos

A Europa de 1300-1500 reunia monarquias compostas, principados, cidades-repúblicas, senhorios, confederações e autoridades eclesiásticas. Reis reivindicavam territórios onde direitos eram compartilhados com nobres, municípios, parlamentos e igrejas. França, Inglaterra, Castela ou Aragão não eram Estados nacionais no sentido contemporâneo.

O Sacro Império compreendia muitos principados, cidades e senhorios sob autoridade imperial negociada. A União de Kalmar reuniu coroas escandinavas a partir de 1397, com tensões regionais. Polônia e Lituânia formaram união dinástica. Moscúvia ampliou-se entre principados da Rus, negociando e depois desafiando heranças da Horda de Ouro.

12.2 Fiscalidade e guerra prolongada

A Guerra dos Cem Anos entre casas governantes da Inglaterra e França envolveu disputas dinásticas, territórios e alianças. Não foi guerra nacional contínua durante 116 anos; campanhas alternaram-se com tréguas e conflitos internos. Arcos, cavalaria, fortificações, artilharia e infantaria mudaram de importância conforme terreno e organização.

Manter exércitos exigia impostos, crédito, contratos e assembleias. Governos expandiram registros e negociaram tributos extraordinários. Resistência fiscal e revoltas demonstram que centralização tinha limites. A guerra fortaleceu algumas instituições monárquicas, mas também criou dívidas e autonomias militares.

12.3 Cidades, comércio e finanças

Veneza e Gênova mantinham redes mediterrânicas; cidades flamengas produziam tecidos; a Liga Hanseática conectava Báltico e mar do Norte; Florença combinava manufatura, bancos e política republicana oligárquica. Mercadores usavam letras de câmbio, contabilidade e companhias. Inovação financeira não criou imediatamente capitalismo moderno nem eliminou risco.

Guildas regulavam ofícios, treinamento e acesso a mercados, com exclusões. Mulheres trabalhavam em têxteis, alimentos, comércio e serviços, frequentemente fora das corporações formais. Cidades dependiam de grãos, madeira e trabalho rural. Redes comerciais europeias eram uma parte do sistema mediterrânico e afro-eurasiático, não seu centro natural.

12.4 Igreja, cisma e reformas

O papado de Avignon, de 1309 a 1377, e o Cisma do Ocidente, de 1378 a 1417, dividiram obediências. Concílios buscaram restaurar unidade e discutir autoridade. Críticas de John Wyclif, Jan Hus e outros combinaram teologia, política e demandas locais. A execução de Hus em 1415 foi seguida por guerras na Boêmia, nas quais religião e autonomia política se cruzaram.

Mosteiros, paróquias, confrarias e ordens mendicantes continuaram centrais para educação, assistência e memória. A experiência cristã não era uniforme. Comunidades judaicas enfrentaram restrições, expulsões e perseguições, mas também mantiveram redes intelectuais e econômicas.

12.5 Península Ibérica e múltiplas fronteiras

Castela, Aragão, Portugal, Navarra e o reino nasrida de Granada disputavam e negociavam na península. A chamada Reconquista não foi plano nacional contínuo iniciado séculos antes; é uma interpretação posterior de guerras, colonizações, alianças e tributos variáveis. Governantes cristãos e muçulmanos fizeram acordos através de fronteiras religiosas.

Em 1492, Castela e Aragão conquistaram Granada. No mesmo ano, decretaram a expulsão dos judeus que não se convertessem, e a viagem de Colombo iniciou conexão atlântica permanente com consequências que serão centrais no Volume 9. A unificação dinástica dos Reis Católicos não fundiu imediatamente todas as leis e instituições de suas coroas.

12.6 Renascimentos e circulação de saberes

O humanismo italiano valorizou textos clássicos, retórica e novas formas de educação. Mecenas urbanos, cortes e igreja financiaram arte e arquitetura. A impressão com tipos móveis espalhou-se pela Europa a partir de meados do século XV, acelerando reprodução de livros sem substituir manuscritos de imediato.

O termo “Renascimento” é útil para processos europeus específicos, mas não deve dividir o mundo entre uma Europa renascida e regiões imóveis. Cortes timúridas, Ming, Joseon, Mali e outras sociedades também produziram erudição e arte, em tradições próprias. Conexões mediterrânicas transmitiam textos, técnicas e objetos entre cristãos, muçulmanos e judeus.

Mito versus evidência. Mito: em 1453 os otomanos fecharam as rotas orientais e obrigaram europeus a procurar o Atlântico. Evidência: o comércio continuou; expansão atlântica resultou de objetivos múltiplos, experiências ibéricas, competição, tecnologia náutica, religião e busca por acesso direto a mercados.

Leituras-base do capítulo: Chris Wickham, Medieval Europe; David Abulafia, The Great Sea; Joseph R. Strayer, On the Medieval Origins of the Modern State; Patrick J. Geary, The Myth of Nations; Robert Bartlett, The Making of Europe; Felipe Fernández-Armesto, Before Columbus; Chris Wickham, Medieval Europe.

13. Mexicas: aliança, tributo e poder no vale do México

13.1 Fontes antes e depois da conquista

O estudo dos mexicas utiliza arqueologia, arquitetura, escultura, códices, linguística e textos alfabéticos coloniais em náuatle e espanhol. Muitos relatos foram registrados décadas após 1521, em colaboração ou sob supervisão de religiosos e autoridades coloniais. Eles preservam vozes indígenas e, simultaneamente, refletem novos conflitos e categorias.

O chamado Códice Mendoza, a Matrícula de Tributos, a obra associada a Bernardino de Sahagún e anais locais registram tributos, história e rituais. Divergências entre documentos não são falhas a apagar: podem revelar tradições políticas concorrentes. Arqueologia de Tenochtitlán e de cidades vizinhas testa escala urbana e circulação de bens.

13.2 Migração, assentamento e formação da Tríplice Aliança

Tradições mexicas narram migração de Aztlan e fundação de Tenochtitlán em uma ilha do lago Texcoco, tradicionalmente datada de 1325. Essas narrativas associavam identidade, destino ritual e direitos políticos. A localização histórica de Aztlan permanece incerta; buscar um ponto único pode perder o valor político do relato.

Inicialmente subordinados a poderes regionais, os mexicas serviram como guerreiros e construíram alianças. Em 1428, Tenochtitlán, Texcoco e Tlacopan derrotaram Azcapotzalco e formaram a Tríplice Aliança. Com o tempo, Tenochtitlán adquiriu posição dominante, mas aliados e cidades tributárias preservaram instituições próprias.

13.3 Tributo e soberania desigual

Expansão militar estabelecia obrigações de bens, serviços e apoio político. Províncias enviavam algodão, alimentos, vestimentas, papel, plumas, cacau e outros produtos. Coletores e elites locais mediavam entregas. O império frequentemente evitava substituir todas as autoridades: manutenção de governantes submetidos reduzia custos e acelerava arrecadação.

Essa estratégia criava vulnerabilidade. Comunidades podiam ressentir exigências e procurar rivais. Tlaxcala permaneceu independente e enfrentou a aliança; outros povos se juntariam aos espanhóis no século XVI. Isso não significa que a conquista europeia fosse libertação simples: alianças indígenas tinham objetivos próprios e produziram nova dominação colonial.

13.4 Tenochtitlán, água e abastecimento

Tenochtitlán e Tlatelolco formavam grande complexo urbano conectado por calçadas, canais e embarcações. Aquedutos traziam água doce; diques regulavam águas; chinampas intensificavam agricultura em zonas lacustres. A cidade dependia de trabalho coletivo, tributos e mercados.

O mercado de Tlatelolco reunia alimentos, tecidos, ferramentas, cerâmica e bens de prestígio. Autoridades supervisionavam medidas e conflitos. Mercadores pochteca operavam em longa distância e podiam fornecer informação política. Mercados não eram opostos ao tributo; ambos integravam a economia.

13.5 Governo, guerra e religião

O huey tlatoani de Tenochtitlán era selecionado dentro da linhagem governante por um conselho de elite; sucessão não seguia primogenitura automática. Nobres administravam cargos, terras e unidades políticas. Calpulli organizavam dimensões de bairro, terra, tributo e culto, embora sua natureza variasse e seja debatida.

Guerra produzia tributos, prestígio e cativos destinados a rituais. Sacrifício humano existia e possuía dimensões religiosas e políticas. Fontes coloniais podem exagerar números ou enquadrar práticas para justificar conquista; negar a prática também distorce evidências. O tratamento histórico deve ser informativo, sem sensacionalismo, e comparar criticamente ritual, guerra e poder.

O calendário, festivais e templos ligavam ciclos agrícolas e cosmologia ao Estado. Sacerdotes, escolas e especialistas mantinham conhecimento. Religião não era decoração do império: estruturava tempo, legitimidade e obrigações, mas tradições locais continuavam entre povos submetidos.

13.6 Vida social e identidades

Agricultores, pescadores, artesãos, carregadores, comerciantes e trabalhadores tributários sustentavam a capital. Mulheres produziam têxteis, participavam de mercados, administravam casas e exerciam papéis rituais; normas distinguiam gênero e estatuto. Educação formal alcançava jovens de diferentes grupos por instituições com funções sociais distintas.

Identidade mexica não eliminava identidades de cidade-Estado, bairro e linhagem. O império era multilíngue. O náuatle funcionava amplamente, mas otomí, mixteco, totonaco e outras línguas continuavam. A diversidade era recurso de comércio e fonte de negociações políticas.

Mito versus evidência. Mito: os mexicas governavam um território nacional contínuo e totalmente administrado a partir de Tenochtitlán. Evidência: o poder concentrava-se em cidades e províncias tributárias, com enclaves independentes, elites locais e obrigações negociadas.

Leituras-base do capítulo: Michael E. Smith, The Aztecs; Frances F. Berdan, Aztec Archaeology and Ethnohistory; Camilla Townsend, Fifth Sun; Inga Clendinnen, Aztecs: An Interpretation; Susan D. Gillespie, The Aztec Kings; Elizabeth M. Brumfiel, estudos sobre economia doméstica e gênero.

14. Incas e outras Américas: estradas, trabalho e múltiplos centros

14.1 Formação do Tawantinsuyu

Os incas eram um grupo regional de Cusco antes de construir o Tawantinsuyu, “as quatro partes reunidas”. Tradições coloniais atribuem grande expansão a Pachacuti após vitória sobre os Chancas, geralmente situada em meados do século XV. A cronologia exata é debatida porque relatos foram registrados depois da conquista e organizados por interesses de linhagens.

Pachacuti, Topa Inca e Huayna Capac ampliaram domínio pelos Andes. A expansão combinou guerra, diplomacia, casamento, presentes, festas e promessas de proteção. Comunidades podiam aceitar a autoridade em troca de reconhecimento e recursos; outras resistiam. Incorporação raramente apagava estruturas locais.

14.2 Trabalho e redistribuição

O Estado inca não usava moeda ou mercado tributário equivalente ao mexica como base principal. Mobilizava mit'a, turnos de trabalho de comunidades, para agricultura estatal, estradas, depósitos, mineração, construção e serviço militar. Chefes locais, os kurakas, organizavam contingentes e negociavam posições.

Trabalho não era simplesmente imposto individual. Relações de reciprocidade e redistribuição davam linguagem política às obrigações, mas existia desigualdade e coerção. Armazéns estatais guardavam alimentos, tecidos e equipamentos para exércitos, festas e assistência. A capacidade de redistribuir fortalecia legitimidade e logística.

14.3 Estradas, pontes e informação

O Qhapaq Ñan conectava ecologias e centros por dezenas de milhares de quilômetros de caminhos. Pontes suspensas, escadarias, tambos e depósitos permitiam deslocamento. Chasquis transportavam mensagens em revezamento. A rede incorporou rotas anteriores e dependia de manutenção comunitária.

Quipus registravam números, categorias e relações por cordões e nós. Especialistas khipukamayuk os produziam e interpretavam. Pesquisas indicam grande capacidade contábil e possivelmente narrativa em certos conjuntos, mas decifração completa permanece aberta. Chamar os incas de sociedade “sem escrita” pode impor definição estreita e ignorar seu sistema semiótico.

14.4 Paisagens e reassentamento

Terraços, canais e campos elevados permitiam produção em ambientes andinos variados. Famílias combinavam parcelas em diferentes altitudes e trocavam produtos. O Estado mantinha terras e rebanhos, mas comunidades ayllu preservavam direitos coletivos e memórias ancestrais.

Mitmaquna eram grupos reassentados para produção, segurança ou integração. O deslocamento podia oferecer terras e estatuto ou funcionar como controle coercitivo. Colonização interna criou comunidades multilíngues. Quechua foi promovido como língua de administração em muitas áreas, sem eliminar aimará, puquina e outras línguas.

14.5 Religião, ancestrais e governo

Inti, associado ao sol, possuía grande importância estatal; Viracocha, huacas locais e ancestrais continuavam centrais. O templo de Coricancha em Cusco concentrava riqueza e ritual. Governantes patrocinavam cultos locais incorporados, transportavam imagens e exigiam participação, combinando inclusão e hierarquia.

Múmias reais e descendências mantinham propriedades e influência, o que afetava sucessão e expansão. O novo governante precisava construir base própria de recursos. A chamada “herança dividida” é interpretação influente, mas sua extensão e funcionamento são debatidos.

14.6 Chimú e outros Andes

O reino Chimú, com centro em Chan Chan, governou a costa norte antes da incorporação inca. Canais, oficinas e arquitetura de adobe revelam administração e especialização. A conquista não apagou conhecimentos chimús; artesãos e técnicas foram transferidos ou reutilizados pelo Estado inca.

Nos Andes meridionais e amazônicos, sociedades mantinham relações de troca, conflito e fronteira com incas. A ideia de império que preenche todo o mapa ignora áreas de controle fraco ou inexistente. Ecologia montanhosa tornava corredores e vales mais importantes que linhas contínuas.

14.7 Maias pós-clássicos e Mississípi

Na península de Yucatán, cidades e confederações maias continuaram após o chamado colapso clássico. Mayapán foi centro relevante até meados do século XV; depois, unidades regionais disputaram poder. Comércio marítimo conectava sal, cacau, algodão, obsidiana e outros bens. O termo “colapso maia” não descreve desaparecimento de povos, línguas ou urbanidade.

Na América do Norte, Cahokia havia perdido população antes de 1400, mas sociedades mississippianas persistiram em centros e chefias. Montículos, praças e agricultura do milho estruturavam comunidades. Mudanças ambientais, política e migração influíram; não existe uma única causa comprovada para o declínio de Cahokia.

Mexicas e Incas - comparação controlada

Aspecto	Tríplice Aliança mexicana	Tawantinsuyu inca
Centro	Tenochtitlán, Texcoco e Tlacopan, com predominância tenochca	Cusco e centros administrativos regionais
Integração	Tributo em bens, elites locais e campanhas	Mit'a, estradas, depósitos, kurakas e reassentamentos
Circulação	Mercados, carregadores e canoas	Caminhos, lhamas, chasquis e tambos
Registro	Códices, pictografia e especialistas	Quipus e especialistas khipukamayuc
Fronteiras	Províncias descontínuas e enclaves independentes	Corredores andinos, zonas de controle variado
Religião	Cultos estatais e tradições locais incorporadas	Inti, huacas e ancestrais em hierarquia imperial

Leituras-base do capítulo: Terence N. D'Altroy, The Incas; Gary Urton, The Social Life of Numbers e Signs of the Inka Khipu; Catherine Julien, Reading Inca History; Brian S. Bauer, Ancient Cuzco; John Hyslop, The Inka Road System; Susan E. Alcock e colegas, Empires; Timothy R. Pauketat, Cahokia.

15. Peste, clima, comércio e mobilidade na Afro-Eurásia

15.1 O que é seguro e o que permanece debatido

A Peste Negra de meados do século XIV foi parte da segunda pandemia de peste, associada à bactéria *Yersinia pestis*. DNA antigo recuperado de sepultamentos de 1338-1339 na região do lago Issyk-Kul, no atual Quirguistão, posiciona essas linhagens junto ao ancestral da grande diversificação associada à Peste Negra e reforça uma origem centro-asiática no início do século XIV. O reservatório ecológico mais amplo e todas as rotas de propagação até o mar Negro, o Mediterrâneo e outras regiões continuam em estudo.

A pandemia alcançou grande parte da Europa, Mediterrâneo, Oriente Médio e norte da África. A extensão na África subsaariana, Índia e China é objeto de pesquisa e debate; não se deve preencher lacunas com uma única narrativa. Fontes chinesas registram epidemias e crises, mas ligá-las diretamente a *Y. pestis* exige evidência específica.

15.2 Redes de transmissão

Rotas de estepe, caravanas, portos e navios conectavam ecologias e comunidades. Roedores e pulgas participaram de muitos ciclos, mas modelos de transmissão humana e diferentes vetores são discutidos conforme os surtos. Uma explicação global precisa combinar microbiologia, clima, mobilidade e condições de habitação.

Comércio não é culpado moral. Redes existem porque sociedades precisam de bens, pessoas e informação. A pergunta histórica é como densidade, velocidade, quarentenas, guerras e armazenagem mudaram riscos. Autoridades de cidades italianas desenvolveram medidas de isolamento e saúde pública gradualmente; respostas variaram e conhecimento era limitado.

15.3 Mortalidade e incerteza quantitativa

Em partes da Europa, estimativas atuais frequentemente situam perdas entre um terço e metade da população na primeira onda, com grandes variações locais. Registros fiscais, testamentos, substituição de arrendatários e cemitérios oferecem aproximações. Nenhuma porcentagem vale para todo o continente, muito menos para toda a Afro-Eurásia.

Surto recorrentes impediram recuperação rápida em diversas regiões. As consequências não foram automáticas: onde terra, instituições de trabalho e poder senhorial diferiam, salários, mobilidade e obrigações seguiram trajetórias distintas.

15.4 Trabalho, desigualdade e governo

Escassez de trabalhadores elevou poder de negociação em alguns mercados e estimulou legislação para controlar salários e mobilidade. Revoltas camponesas e urbanas no fim do século XIV tinham causas fiscais, políticas e sociais mais amplas; a peste foi parte do contexto, não gatilho único.

Elites e pobres não enfrentavam o mesmo risco ou capacidade de resposta. Comunidades buscaram explicações religiosas e práticas. Minorias, especialmente judeus em partes da Europa, sofreram acusações falsas e perseguições. Registrar isso é essencial para compreender como crises sanitárias podem intensificar exclusões.

15.5 Clima sem determinismo

O período inclui transição climática frequentemente associada ao início da Pequena Idade do Gelo, mas datas e efeitos regionais variam. Chuvas, secas e temperaturas influenciaram colheitas, pastagens e doenças. Governos e comunidades mediaram impactos por armazenamento, irrigação, comércio, impostos e assistência.

Uma seca pode contribuir para migração em uma região e ser compensada por redes de abastecimento em outra. “Clima causou a queda” é formulação insuficiente. Perguntas melhores examinam exposição, vulnerabilidade, decisões e capacidade institucional.

15.6 Conectividade depois da catástrofe

A pandemia não encerrou comércio de longa distância. Portos, peregrinações e caravanas se reorganizaram. Algumas cidades perderam centralidade; outras cresceram. Estados buscaram novas receitas e trabalhadores. O século XV testemunhou grandes expedições Ming, expansão otomana, crescimento de Malaca, redes sahelianas e navegação atlântica ibérica.

Conectividade é processo, não linha ascendente. Pode intensificar-se em um corredor e diminuir em outro. Traz oportunidades e riscos distribuídos de forma desigual. O legado mais importante da peste para a história dos impérios é mostrar que poder territorial não controla completamente agentes biológicos e redes sociais.

Como avaliar uma explicação para a Peste Negra

Pergunta	Evidência necessária	Erro frequente
Qual patógeno?	DNA antigo, restos humanos e contexto arqueológico	Confiar apenas em sintomas narrados
Onde ocorreu?	Fontes locais, arqueologia e datação	Projetar automaticamente o padrão europeu
Como se transmitiu?	Ecologia, mobilidade, vetores e cronologia	Escolher um vetor universal para todos os surtos
Quantas pessoas morreram?	Séries demográficas e margens de erro	Repetir um único percentual global
Quais efeitos sociais?	Salários, leis, terras, revoltas e instituições	Supor a mesma consequência em todas as regiões
Qual papel do clima?	Dados ambientais regionais e mecanismos sociais	Transformar correlação em causa única

Leituras-base do capítulo: Monica H. Green, “The Four Black Deaths”; Bruce M. S. Campbell, *The Great Transition*; John Hatcher, *Plague, Population and the English Economy*; Samuel K. Cohn Jr., *The Black Death Transformed*; Ole J. Benedictow, *The Complete History of the Black Death*; Philip Slavin, “From the Tian Shan to Crimea”; Maria A. Spyrou et al., “The source of the Black Death in fourteenth-century central Eurasia”.

16. Comparação final: novas potências sem uma ordem mundial única

16.1 O que mudou entre 1300 e 1500

Em 1300, formações mongóis ocupavam posição central em grande parte da Eurásia; em 1500, seus territórios estavam reorganizados por Ming, timúridas, canatos, Moscúvia e outros poderes. Otomanos transformaram um principado fronteiriço em império com capital em Constantinopla. Delhi fragmentou-se, enquanto Vijayanagara, Gujarat, Bengala e estados do Decão cresceram. Mali perdeu regiões para Songhai. Majapahit cedeu centralidade a novos portos e sultanatos. Mexicas e incas construíram expansões rápidas.

A semelhança geral é recomposição, não convergência para um único modelo. Alguns governos centralizaram registros; outros usaram vassalagens e casas militares; outros mobilizaram trabalho comunitário ou tributo em bens. Todos dependiam de agentes locais.

16.2 Impérios como coalizões

Nenhuma corte governava sozinha. Ming precisava de magistrados, linhagens e comunidades registradas; otomanos, de vassalos e timariotas; Mali e Songhai, de chefes e cidades; mexicas, de governantes tributários; incas, de kurakas e ayllus. Colaboração podia ser voluntária, estratégica ou produzida por coerção.

Elites locais avaliavam riscos: aceitar título, entregar tributo, oferecer soldados, casar-se com dinastia ou mudar de lado. O centro distribuía honras, proteção e acesso a recursos. Quando custos superavam benefícios ou surgia rival credível, coalizões podiam romper-se.

16.3 Receita, trabalho e informação

Impérios precisavam transformar produção em recursos políticos. Cadastros, tributos, iqtas, timars, taxas alfandegárias, mit'a, corveias e presentes eram soluções diferentes. Informação era tão importante quanto extração. Escribas, quipus, códices, censos, mensageiros e embaixadores tornavam territórios parcialmente legíveis.

Nenhum sistema registrava tudo. Informalidade e ocultação protegiam comunidades e elites. A diferença entre receita esperada e entregue era espaço de negociação. Centralização absoluta é mais comum na propaganda que na prática.

16.4 Cidades, estradas e mares

Capitais concentravam corte, ritual e consumo: Pequim, Samarcanda, Herat, Cairo, Constantinopla, Vijayanagara, Tenochtitlán e Cusco. Portos como Malaca e Kilwa demonstravam outro tipo de centralidade, baseado em mediação. Estradas incas e correios euroasiáticos resolviam desafios de distância por revezamento e depósitos.

Infraestrutura não é apenas obra do governante. Camponeses, artesãos, marinheiros e comunidades mantinham canais, pontes, muralhas e caminhos. Monumentos celebram soberanos; sua construção registra trabalho coletivo e desigualdade.

16.5 Religião e pluralidade

Impérios patrocinavam tradições para legitimar autoridade: confucionismo Ming e Joseon, islã de sultanatos, cristianismo etíope e bizantino, cultos estatais mexicas e incas. Patrocínio raramente eliminava pluralidade. Sufis, mosteiros, santuários locais, huacas, cultos ancestrais e comunidades minoritárias possuíam capacidade própria.

Tolerância e perseguição não eram atributos permanentes de civilizações inteiras. Políticas mudavam conforme governante, região e conjuntura. O estudo deve observar impostos, cargos, construção, conversão, tribunal e vida cotidiana, não apenas proclamações.

16.6 Guerra e pólvora

Pólvora ganhou importância em artilharia e armas portáteis na Eurásia, especialmente em cercos. A conquista otomana de Constantinopla tornou-se símbolo, mas canhões eram parte de conjunto com logística, engenharia, marinha e política. Ming, estados europeus, poderes islâmicos e sul-asiáticos adaptaram tecnologias de modos diferentes.

Mexicas e incas expandiram-se sem pólvora, demonstrando que organização, estradas, alianças e abastecimento eram decisivos. Classificar sociedades por uma tecnologia isolada confunde resultado histórico com capacidade humana.

16.7 Coexistência global em 1500

Em 1500, Ming, Joseon, vários poderes japoneses, otomanos, Mamelucos, timúridas tardios, Aq Qoyunlu, Delhi Lodi, Vijayanagara, sultanatos regionais, Malaca, Songhai, Etiópia, cidades suailis, monarquias europeias, Mexicas e Incas coexistiam. Nenhum possuía conhecimento completo de todos os demais.

As conexões eram assimétricas. Um mercador de Gujarat podia alcançar Malaca e o mar Vermelho; uma embaixada Ming podia chegar a África oriental; um estudioso de Timbuktu integrava redes islâmicas. Mexicas e incas estavam ligados a vastas redes americanas, mas não à circulação regular afro-eurasiática. Depois de 1492, essa separação seria rompida de forma duradoura e violenta, tema do próximo volume.

16.8 Resposta à pergunta central

Epidemias, comércio, guerra, peregrinação, crise fiscal, expansão agrícola e tecnologias reordenaram regiões conectadas sem produzir história única. Impérios emergiram quando coalizões conseguiram converter recursos locais em projetos amplos; enfraqueceram quando sucessão, ecologia, resistência e concorrência romperam essas coalizões.

O período não é simples preparação para a modernidade europeia. Em 1500, futuros continuavam abertos. Ming era uma das maiores potências do mundo; o oceano Índico possuía redes densas; Songhai crescia; otomanos expandiam; Mexicas e Incas organizavam territórios impressionantes. A expansão atlântica ibérica alteraria as relações, mas não torna anteriores sociedades meros antecedentes.

Síntese comparativa dos mecanismos imperiais

Formação	Receita e trabalho	Integração regional	Informação	Vulnerabilidade recorrente
Ming	Impostos, grãos, tecidos e serviço	Províncias, magistrados e elites locais	Cadastrros, memoriais e correios	Registros desatualizados, fronteiras e facções

Formação	Receita e trabalho	Integração regional	Informação	Vulnerabilidade recorrente
Timúridas	Tributos, terras e espólio político	Príncipes, comandantes e cidades	Crônicas, chancelaria e embaixadas	Sucessão e personalização do poder
Otomanos	Timars, tributos e alfândegas	Vassalos, províncias e casa do sultão	Registros fiscais e diplomacia	Disputas dinásticas e fronteiras múltiplas
Mamelucos	Iqtas, agricultura e comércio	Casas militares e governadores	Chancelaria, juristas e mercados	Sucessão competitiva e pressão fiscal
Vijayanagara	Receita agrária, portos e serviço	Nayakas, templos e chefes	Inscrições e redes de corte	Autonomia regional e competição do Decão
Mali/Songhai	Agricultura, tributos e comércio	Províncias, cidades e chefes	Oralidade, estudiosos e mensageiros	Rotas mutáveis e coalizões regionais
Mexicas	Tributo em bens e serviços	Elites de cidades submetidas	Códices, listas e emissários	Ressentimento tributário e enclaves rivais
Incas	Mit'a, rebanhos e depósitos	Kurakas, ayllus e reassentamentos	Quipus, chasquis e centros	Sucessão, distância e resistência local

Leituras-base do capítulo: Jane Burbank e Frederick Cooper, Empires in World History; John Darwin, After Tamerlane; Karen Barkey, Empire of Difference; Victor Lieberman, Strange Parallels; Sanjay Subrahmanyam, Explorations in Connected History; Michael W. Doyle, Empires; Peter Fibiger Bang e Dariusz Kołodziejczyk, Universal Empire.

Apêndice A. Cronologia analítica

A.1 Como ler a cronologia

Datas exatas podem ocultar processos longos. A tabela seleciona marcos que ajudam a enxergar coexistência. “Início” e “fim” significam mudança de autoridade ou fase, não nascimento e desaparecimento de povos. Eventos em regiões sem conexão regular são colocados lado a lado para comparação temporal, não para sugerir causalidade.

Cronologia comparada, c. 1290-1360

Data	África e Mediterrâneo	Ásia	Américas e Europa
c. 1290-1300	Mali consolida corredores sahelianos; Mamelucos governam Egito e Síria	Majapahit é fundado em 1293; Yuan governa China; Ilcanato sob Ghazan	Cahokia continua em transformação; monarquias europeias ampliam fiscalidade
1295	Ghazan converte-se ao islã e reforma o Ilcanato	Conexões persas e mongóis são reorganizadas	-
1302	Bizâncio enfrenta principados turcos na Anatólia	Primeiros otomanos ampliam posição na Bitínia	-
1309	Papado estabelece-se em Avignon	-	Novo equilíbrio entre papado e monarquias
1312	Mansa Musa assume Mali, em data aproximada	-	-
1324-1325	Peregrinação de Mansa Musa a Meca	-	Ouro de Mali ganha projeção mediterrânea
1325	-	-	Data tradicional da fundação de Tenochtitlán
1326	Otomanos tomam Bursa	-	-
1331-1332	Ibn Battuta visita Kilwa	Viagens conectam o Índico	-
1335	Fragmentação do Ilcanato após morte de Abu Sa'id	Poderes regionais disputam Irã	-
1337	-	-	Início convencional da Guerra dos Cem Anos
1346-1353	Peste atinge mar Negro, Mediterrâneo, Europa, Oriente Médio e norte da África	Extensão e cronologia asiática permanecem debatidas	Crise demográfica europeia de enorme escala
1347	Sultanato Bahmani é fundado no Decão	Delhi perde controle regional	-
1351	-	Fundação tradicional de Ayutthaya	-
1356	Otomanos estabelecem posição duradoura nos Balcãs	-	Batalha de Poitiers na Guerra dos Cem Anos

Cronologia comparada, c. 1360-1420

Data	África e Mediterrâneo	Ásia	Américas e Europa
1368	-	Ming é proclamada; Yuan perde Dadu e recua ao norte	-

Data	África e Mediterrâneo	Ásia	Américas e Europa
1370	-	Timur consolida poder na Transoxiana	-
1378-1417	-	-	Cisma do Ocidente divide obediências papais
1380	Horda de Ouro enfrenta coalizão liderada por Moscou em Kulikovo	Autoridade da estepe continua apesar da batalha	-
1382	Mamelucos entram na fase burjita, de elite predominantemente circassiana	-	-
1389	Otomanos e coalizão balcânica combatem em Kosovo	-	Memórias posteriores transformam o evento em símbolo nacional
1392	-	Joseon é fundada; Ashikaga consolida nova ordem no Japão	-
1396	Cruzada de Nicópolis é derrotada pelos otomanos	-	Coalizões latinas enfrentam expansão otomana
1398	Timur lança campanha contra Delhi	Sultanato sofre crise e saque	-
1402	Timur derrota Bayezid I em Ancara	Interregno otomano começa	-
1405	Morte de Timur; Shah Rukh consolida parte do império	Primeira viagem de Zheng He parte sob Yongle	-
1405-1433	Portos suailis recebem frotas Ming em algumas expedições	Sete grandes viagens de Zheng He	-
1415	-	-	Jan Hus é executado no Concílio de Constança
1419	-	Joseon realiza campanha a Tsushima	Guerras hussitas começam na Boêmia

Cronologia comparada, c. 1420-1470

Data	África e Mediterrâneo	Ásia	Américas e Europa
1428	-	-	Tríplice Aliança é formada no vale do México
1428	-	Dinastia Lê posterior é fundada em Đại Việt	-
1431	-	Ayutthaya toma Angkor em campanha tradicionalmente destacada	Processo angkoriano continua em outros centros
1433	-	Última grande viagem de Zheng He retorna	-
c. 1438	-	-	Expansão inca associada a Pachacuti ganha escala imperial
1443-1446	-	Hangul é criado e divulgado na Coreia	-
1444	Otomanos vencem coalizão em Varna	-	Cruzada de Varna termina
1453	Otomanos conquistam Constantinopla	Mehmed II transforma a cidade em capital	Guerra dos Cem Anos aproxima-se do fim

Data	África e Mediterrâneo	Ásia	Américas e Europa
1455	Crescimento de cidades e ensino no Sahel	-	Impressão tipográfica de Gutenberg alcança marco europeu
c. 1450	Grande Zimbábue perde centralidade para outros centros	Malaca amplia papel no estreito	Mayapán se fragmenta; Cahokia já não é grande centro
1464	Sunni Ali inicia expansão de Songhai	-	-
1467	-	Guerra de Ōnin começa no Japão	Fragmentação Muromachi acelera
1468-1474	Songhai disputa Timbuktu e Djenné	-	Mexicas ampliam províncias tributárias
1471	-	Đại Việt derrota Champa em grande campanha	-

Cronologia comparada, c. 1470-1500

Data	África e Mediterrâneo	Ásia	Américas e Europa
1478	-	-	Inquisição castelhana é estabelecida
1479	Otomanos e Veneza concluem tratado após guerra	Comércio mediterrânico continua	União dinástica de Castela e Aragão consolida-se
1480	Moscóvia encerra submissão tributária à Horda em episódio do rio Ugra	Canatos sucessores permanecem ativos	-
1481	Mehmed II morre; Bayezid II assume	-	-
1492	Granada é conquistada; judeus são expulsos das coroas ibéricas	-	Colombo atravessa o Atlântico; conexão permanente começa
1493	Askia Muhammad assume Songhai	-	Tenochtitlán continua expansão sob Ahuitzotl
1494	-	-	Tratado de Tordesilhas projeta divisão ibérica sobre terras não controladas
1498	Redes suaílis e do Índico recebem Vasco da Gama em novo contexto	Calicute integra comércio antigo do Índico	Portugal alcança a Índia por rota marítima do Cabo
1500	Mamelucos, Etiópia, Songhai e cidades suaílis coexistem	Ming, Joseon, Lodi, Vijayanagara, Malaca e poderes japoneses coexistem	Mexicas e Incas estão em expansão; Cabral chega à costa do Brasil

Apêndice B. Quadros de coexistência e mapas de referência

B.1 Por que coexistência importa

Linhas do tempo escolares costumam mostrar um império por vez. Isso cria a impressão de sucessão global: mongóis, depois otomanos, depois europeus. Na realidade, dezenas de formações coexistiam, e muitas não se conheciam diretamente. Os quadros abaixo funcionam como “mapas temporais”: mostram centros, vizinhos e corredores sem fingir fronteiras modernas exatas.

Instantâneo global, c. 1300

Macrorregião	Centros e formações coexistentes	Corredores e contatos
Leste Asiático	Yuan, Goryeo, Kamakura e poderes do Sudeste Asiático	Mar da China, Coreia, Japão, Tibete e rotas mongóis
Ásia interior e Irã	Chagatai, Ilcanato e Horda de Ouro	Estepes, Transoxiana, Cáucaso e mar Negro
Sul da Ásia	Delhi Khalji, reinos do Decão e sul, Bengala	Índico, golfo Pérsico, mar Vermelho e Sudeste Asiático
Mediterrâneo	Mamelucos, Bizâncio, principados turcos, cidades italianas e reinos latinos	Levante, mar Negro, Adriático e norte da África
África	Mali, reinos etíopes, sultanatos do Chifre, Kilwa e Grande Zimbábue	Saara, Níger, mar Vermelho e Índico
Américas	Maías pós-clássicos, sociedades do vale do México, Mississípi, Chimú e Andes regionais	Redes continentais americanas, sem contato afro-eurasiático regular

Instantâneo global, c. 1400

Macrorregião	Centros e formações coexistentes	Mudança principal
China e Coreia	Ming e Joseon	Novas dinastias legitimam-se como restauração
Japão	Muromachi e corte imperial	Governo guerreiro depende de autoridades regionais
Ásia Central e Irã	Timúridas e poderes pós-ilcanidas	Conquista de Timur e patronagem urbana
Mediterrâneo oriental	Otomanos, Bizâncio e Mamelucos	Expansão otomana interrompida, não encerrada, por Ancara
Índia	Delhi Tughluq tardio, Bahmani, Vijayanagara e Bengala	Fragmentação cria múltiplos centros
Sudeste Asiático	Majapahit, Ayutthaya, Angkor, Đại Việt e portos	Mandalas agrárias e redes marítimas coexistem
África	Mali, Etiópia, cidades suailis e Grande Zimbábue	Comércio e peregrinação articulam regiões distintas
Américas	Centros do vale do México, Mayapán, Chimú e Cusco regional	Mexicas e incas ainda não alcançaram auge imperial

Instantâneo global, c. 1450

Macrorregião	Formações políticas	Relação dominante
Leste Asiático	Ming, Joseon e Muromachi	Diplomacia, comércio e fronteiras marítimas
Ásia Central	Timúridas de Herat e Samarcanda	Rivalidade dinástica e cultura persianizada

Macrorregião	Formações políticas	Relação dominante
Mediterrâneo	Otomanos, Mamelucos, Veneza, Bizâncio residual	Guerra e comércio simultâneos
Sul da Ásia	Lodi em formação, Gujarat, Bengala, Bahmani e Vijayanagara	Competição regional e comércio do Índico
Sudeste Asiático	Majapahit tardio, Ayutthaya, Lê e Malaca	Crescimento de portos islâmicos e estados agrários
África	Mali reduzido, Songhai ascendente, Etiópia, Kilwa e sucessores de Zimbábue	Controle de corredores e cidades
Américas	Tríplice Aliança, Tawantinsuyu em expansão, maias e sociedades norte-americanas	Integração imperial rápida em Mesoamérica e Andes

Instantâneo global, c. 1500

Região	Formações coexistentes	O que o mapa não deve sugerir
China e fronteiras	Ming e confederações mongóis	Muro não era limite nacional contínuo
Japão e Coreia	Joseon e múltiplos poderes japoneses	“Japão” não tinha governo central uniforme
Índia	Lodi, Vijayanagara, Gujarat, Bengala e sultanatos do Decão	Nenhuma divisão simples norte/sul ou islã/hinduísmo
Mediterrâneo e Irã	Otomanos, Mamelucos, timúridas tardios e Aq Qoyunlu	Comércio persistia através de fronteiras políticas
África	Songhai, Mali residual, Etiópia, Adal, cidades suaílis e Mutapa	Grandes espaços entre centros não eram vazios
Américas	Mexicas, Incas, maias, tarascos e numerosas sociedades	Dois impérios não representavam todo o hemisfério
Atlântico	Portugal e Castela iniciam presença ultramarina	Tratados europeus não criavam soberania efetiva sobre povos distantes

B.2 Guia para construir mapas próprios

1. Marque centros de governo e cidades antes de colorir territórios.
2. Use três intensidades: administração direta, dependência tributária e zona de influência.
3. Desenhe corredores - rios, estradas, estreitos, oásis e portos - com mais destaque que linhas de fronteira.
4. Inclua áreas independentes e enclaves. Tlaxcala, principados da Anatólia e cidades portuárias são exemplos de descontinuidade.
5. Registre a data do mapa. Uma representação de 1400 não serve automaticamente para 1450.
6. Cite a obra cartográfica e a licença. Mapas modernos também são interpretações.

Apêndice C. Matrizes comparativas

C.1 Administração e delegação

Formas de delegar poder

Mecanismo	Exemplos	Vantagem para o centro	Risco político
Magistratura territorial	Ming e Joseon	Padroniza registros e comunicação	Dependência de elites e informação local
Concessão de receita	Iqta mameluca e timar otomano	Sustenta oficiais sem pagamento central integral	Apropriação regional e registros incompletos
Vassalagem	Otomanos, Muromachi e reinos europeus	Incorpora autoridades existentes	Mudança de lealdade
Elite tributária local	Mexicas, Mali e Songhai	Reduz custo de ocupação	Resistência e subdeclaração
Kurakas e mit'a	Incas	Mobiliza trabalho por comunidades	Sobrecarga e disputas de representação
Príncipes dinásticos	Timúridas	Recompensa linhagem e administra regiões	Guerras sucessórias
Porto mediador	Malaca e cidades suaílis	Concentra taxas e serviços	Rotas podem migrar para concorrentes

C.2 Fontes e graus de certeza

Evidência, inferência e controvérsia

Tema	Evidência segura	Inferência provável	Questão debatida
Peste Negra	Yersinia pestis em muitos contextos europeus e asiáticos	Redes facilitaram dispersão	Alcance exato em partes da África e Ásia
Expedições de Zheng He	Rotas, datas gerais e presença em portos	Objetivos diplomáticos e comerciais combinados	Escala exata de algumas frotas
Império de Majapahit	Centro javanês e relações regionais	Influência sobre vários portos	Se listas cortesãs equivalem a domínio político
Mali	Poder saheliano, ouro, comércio e peregrinação de Musa	Administração por províncias e aliados	Extensão precisa em cada reinado
Tríplice Aliança	Tributos e campanhas documentados	Predominância crescente de Tenochtitlán	População exata da capital
Tawantinsuyu	Estradas, mit'a, centros e quipus	Administração decimal em várias regiões	Conteúdo narrativo de determinados quipus
Grande Zimbábue	Autoria africana e centro de elite	Papel no comércio do ouro	Peso relativo de ambiente, rotas e política no declínio

C.3 Colaboração, negociação, coerção e resistência

Quatro relações que coexistiam

Relação	Pergunta histórica	Exemplo
Colaboração	Quem ganhava acesso a cargos, comércio ou proteção?	Elites balcânicas servindo ou negociando com otomanos
Negociação	Quais obrigações eram reduzidas, adiadas ou reinterpretadas?	Chefes locais mediando tributo em Mali ou no México
Coerção	Qual capacidade estatal limitava escolhas?	Mit'a inca, reassentamentos Ming ou recrutamentos militares
Resistência	Como pessoas recusavam, fugiam, rebelavam-se ou mudavam de lado?	Rebeliões contra Yuan, resistência de Lê Lợi e oposição de Tlaxcala
Ambiguidade	A mesma ação podia ter significados diferentes?	Missão “tributária” para Ming e comercial para o emissário

C.4 Queda, transformação e continuidade

Evitar explicações monocausais

Transformação	Fatores combinados	Continuidade observável
Fim de Yuan na China	Fiscalidade, ambiente, facções e rebeliões	Instituições e elites incorporadas por Ming
Fragmentação do Ilcanato	Sucessão, casas militares e autonomia regional	Cultura persa e legitimidade mongol
Recuo de Majapahit	Disputas, portos concorrentes e islamização regional	Memória javanesa e redes aristocráticas
Perda de centralidade de Grande Zimbábue	Ambiente, rotas e novos centros	Cultura zimbabweana em Khami e Mutapa
Crise de Mali	Competição, rotas e autonomia provincial	Dinastias, comércio e memória mandinga
Fragmentação Muromachi	Disputas sucessórias e poder regional	Cultura de Kyoto, comércio e instituições locais
Ascensão otomana	Coalizões, receita, fronteira e dinastia	Incorporação de práticas bizantinas, balcânicas e islâmicas

Apêndice D. Glossário essencial

D.1 Poder, administração e território

- **Ayllu:** comunidade andina de parentesco, memória e direitos coletivos, com formas regionais variadas.
- **Calpulli:** unidade social e territorial mesoamericana associada a bairro, terra, tributo e culto; sua definição exata varia conforme cidade e fonte.
- **Canato:** formação governada por khan; não implica estrutura idêntica em todas as sociedades de origem mongol ou turca.
- **Chancelaria:** instituição e conjunto de especialistas que produzem documentos, selos, cartas e registros de governo.
- **Corveia:** obrigação de trabalho prestada a autoridade; compare com mit'a sem tratar os termos como equivalentes perfeitos.
- **Devşirme:** recrutamento otomano de jovens cristãos para serviço do sultão, conversão e treinamento; ampliou-se e mudou ao longo do tempo.
- **Dinastia:** sequência de governantes que reivindicam pertencimento familiar; sucessão real pode incluir adoção, eleição, casamento e conflito.
- **Ghaza:** linguagem e prática de combate legitimado em certos contextos islâmicos de fronteira; não explica sozinha a formação otomana.
- **Huey tlatoani:** principal governante de Tenochtitlán; literalmente relacionado ao “grande orador”, em tradução aproximada.
- **Iqta:** direito de receber receitas de área ou atividade em troca de serviço; não é simplesmente feudo europeu.
- **Kuraka:** autoridade local andina que mediava comunidade e Estado inca.
- **Mandala:** modelo analítico para soberanias graduadas do Sudeste Asiático; não era nome único usado por todos os governos.
- **Mansa:** título associado ao governante de Mali.
- **Mit'a:** trabalho rotativo mobilizado nos Andes por comunidades e pelo Estado inca.
- **Nayaka:** comandante ou chefe com direitos e obrigações regionais em Vijayanagara; o sistema variou cronologicamente.
- **Sultanato:** governo cujo soberano usa o título de sultão; legitimidade e instituições diferem entre Delhi, Mamelucos, otomanos e Malaca.
- **Timar:** concessão otomana de receita ligada a obrigações, especialmente de serviço militar e administração.
- **Tributo:** bens, trabalho, serviço ou reconhecimento entregues por comunidade ou governo subordinado.
- **Vassalagem:** relação hierárquica de fidelidade e obrigação; precisa ser definida em cada região, não universalizada.
- **Yangban:** elites civis e militares de Joseon associadas a educação, cargos, linhagem e estatuto.

D.2 Sociedade, religião e cultura

- **Bhakti:** conjuntos de devoções do Sul da Ásia centradas em relação com divindades, expressas em línguas e tradições variadas.
- **Código:** manuscrito em formato de livro; no contexto mesoamericano pode combinar pictografia, glifos e, depois da conquista, escrita alfabética.
- **Confucionismo:** tradição ética, política e educacional diversa; em Ming e Joseon foi institucionalizada sem eliminar outras práticas.

- **Griot:** especialista da África ocidental em memória, genealogia, música e performance; os nomes locais e funções variam.
- **Hangul:** sistema alfabético criado na corte de Sejong para representar a língua coreana.
- **Huaca:** lugar, objeto, entidade ou ancestral sagrado nos Andes; tradução simples como “templo” é insuficiente.
- **Islamização:** expansão de identidades, instituições e práticas islâmicas; não é evento único nem sinônimo de arabização.
- **Kebra Nagast:** obra ge'ez que articula legitimidade salomônica e história sagrada da monarquia etíope.
- **Nô:** forma teatral japonesa consolidada no período Muromachi, ligada a patronagem e tradições performáticas anteriores.
- **Nobi:** categoria coreana de pessoas dependentes ou escravizadas, públicas ou privadas, com condições diversas.
- **Pochteca:** mercadores mexicas de longa distância com funções econômicas, sociais e por vezes informativas.
- **Sufismo:** tradições islâmicas de formação espiritual organizadas por mestres, discípulos, práticas e instituições variadas.
- **Ulama:** estudiosos das ciências islâmicas; não formavam igreja centralizada única.
- **Wakô:** rótulo aplicado a grupos marítimos envolvidos em ataques e comércio no Leste Asiático; sua composição era multiétnica.

D.3 Infraestrutura, economia e evidência

- **Chinampa:** área agrícola elevada construída em ambientes lacustres do vale do México, integrada a canais e manejo de solo.
- **Chasqui:** mensageiro inca que trabalhava em sistema de revezamento.
- **Correio imperial:** rede de estações, animais, mensageiros e documentos; sua velocidade dependia de manutenção e prioridade.
- **Diáspora mercantil:** comunidade de comerciantes que mantém redes familiares, religiosas ou linguísticas em vários lugares.
- **Monção:** mudança sazonal de ventos e chuvas que estrutura agricultura e navegação no Índico.
- **Paleogenômica:** estudo de material genético antigo; no caso da peste, permite identificar linhagens de *Yersinia pestis*.
- **Qhapaq Ñan:** sistema de caminhos andinos ampliado e administrado pelos incas.
- **Quipu:** conjunto de cordões, nós, cores e posições usado nos Andes para registrar e comunicar informação.
- **Reservatório:** estrutura de armazenamento de água; pode servir agricultura, consumo, ritual e controle de cheias.
- **Tributação alfandegária:** cobrança sobre mercadorias em portos, mercados e fronteiras.

D.4 Conceitos de análise

- **Administração direta:** presença de agentes e instituições do centro com capacidade recorrente de ordenar e cobrar; raramente cobre todo um império da mesma maneira.
- **Centralização:** concentração de decisões e recursos; não significa eliminação de intermediários.
- **Coerção:** limitação de escolhas por ameaça ou uso de força, lei, dependência ou controle de recursos.
- **Colaboração:** participação em projeto político por interesse, obrigação, convicção ou combinação desses fatores.
- **Fronteira:** zona de interação e soberania disputada, não apenas linha cartográfica.

- **História conectada:** abordagem que reconstrói relações sem presumir centro único nem influência unilateral.
- **Legitimidade:** argumentos, ritos e relações pelos quais uma autoridade busca ser reconhecida.
- **Pax Mongolica:** expressão moderna para facilidades de circulação sob poderes mongóis; deve ser usada sem sugerir paz total.
- **Persianização:** adoção e transformação de idiomas e repertórios persas por cortes e administrações; não elimina outras identidades.
- **Soberania graduada:** autoridade mais intensa no centro e mais negociada à distância.
- **Sincretismo:** combinação de elementos religiosos; termo útil apenas quando não apaga conflitos e escolhas históricas.
- **Teleologia:** narrativa que trata o passado como caminho inevitável para um resultado posterior.

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades

E.1 Protocolo de leitura em sete perguntas

1. Quem produziu a fonte e em qual posição social?
2. Quando foi produzida em relação ao acontecimento narrado?
3. Qual era o público e a finalidade?
4. Que vocabulário político ou religioso organiza o texto ou objeto?
5. O que a fonte permite afirmar com segurança?
6. O que precisa de comparação com arqueologia, registros ou outras narrativas?
7. Quais grupos aparecem apenas pelo olhar de terceiros ou não aparecem?

E.2 Dossiê 1 - edito do imperador Hongwu

Contexto: instruções e editos Ming buscavam disciplinar funcionários e comunidades após guerra e mudança dinástica.

Potencial: revelam modelo de bom governo, linguagem moral e problemas que a corte considerava graves.

Limite: uma proibição repetida pode indicar descumprimento, não obediência. O texto não prova aplicação uniforme.

Atividade: separe três colunas: comportamento desejado, mecanismo de fiscalização e indício de problema real. Compare a retórica com um estudo sobre registros locais.

E.3 Dossiê 2 - relato de Clavijo sobre Samarcanda

Contexto: embaixador de Castela visitou a corte timúrida no início do século XV.

Potencial: descreve cerimônias, jardins, construções, pessoas e circulação diplomática.

Limite: observador estrangeiro selecionava o extraordinário e dependia de intérpretes.

Atividade: marque observação direta, informação ouvida e avaliação cultural. Teste uma descrição com arquitetura ou arqueologia.

E.4 Dossiê 3 - crônicas otomanas e bizantinas sobre 1453

Contexto: autores explicaram a conquista de Constantinopla por tradições políticas e religiosas diferentes.

Potencial: permitem estudar estratégia, memória, legitimidade e experiência de ruptura.

Limite: discursos e números podem ser construções literárias. Autores posteriores conheciam o resultado.

Atividade: compare como cada narrativa atribui agência a governante, religião, tecnologia, defensores e população. Produza uma síntese que cite divergências.

E.5 Dossiê 4 - inscrições de Vijayanagara

Contexto: inscrições registravam doações, títulos, obras e direitos em templos e espaços públicos.

Potencial: identificam patronos, territórios, línguas e instituições.

Limite: fórmula de elogio não equivale a descrição territorial precisa. Sobrevivência é desigual.

Atividade: diferencie informação administrativa, genealogia e elogio. Localize o lugar citado em mapa histórico.

E.6 Dossiê 5 - Nagarakretagama e Majapahit

Contexto: poema de corte do século XIV celebra Hayam Wuruk e lista lugares relacionados a Majapahit.

Potencial: revela cosmologia política, itinerários e visão cortesã da autoridade.

Limite: uma lista de lugares não prova ocupação ou tributação uniforme.

Atividade: classifique cada menção como centro, aliado, parceiro ritual ou dependência possível. Compare com arqueologia portuguesa.

E.7 Dossiê 6 - Ibn Battuta em Mali e Kilwa

Contexto: viajante marroquino percorreu amplas regiões no século XIV; o relato foi organizado com ajuda literária.

Potencial: descreve corte, viagens, segurança, gênero, religião e cidades.

Limite: expectativas jurídicas e culturais moldam elogios e críticas; certas informações vieram de terceiros.

Atividade: identifique uma prática que o autor aprova e outra que reprova. Explique o que isso revela sobre o autor e sobre a sociedade observada.

E.8 Dossiê 7 - manuscritos de Tímuktu

Contexto: bibliotecas familiares preservaram manuscritos sobre direito, teologia, gramática, ciência, comércio e correspondência.

Potencial: demonstram redes intelectuais africanas e usos sociais da escrita.

Limite: muitos exemplares são posteriores ao recorte; data de cópia não é sempre a data da composição.

Atividade: registre título, autor, copista, data, marginalia e proveniência. Não generalize um manuscrito para toda a África ocidental.

E.9 Dossiê 8 - Códice Mendoza e tributo mexicana

Contexto: produzido no início do período colonial, combina tradições pictográficas indígenas e explicações para autoridades espanholas.

Potencial: lista províncias, bens e quantidades; representa conquistas e educação.

Limite: seleção colonial, tradução e convenções visuais exigem análise. Lista esperada não prova entrega integral.

Atividade: escolha uma província, identifique produtos e relacione-os à ecologia. Pergunte quem produzia, transportava e registrava.

E.10 Dossiê 9 - quipus e registros coloniais andinos

Contexto: quipus sobreviveram em número limitado; documentos coloniais registram intérpretes e usos.

Potencial: revelam contabilidade, categorias, relações e memória administrativa.

Limite: significado depende da estrutura completa, proveniência e conhecimento dos especialistas. Não existe tradução universal pronta.

Atividade: observe cor, material, posição e nós antes de atribuir significado. Compare com um documento que mencione khipukamayuk.

E.11 Dossiê 10 - registros de peste

Contexto: crônicas, testamentos, listas fiscais, cemitérios e DNA antigo respondem a perguntas diferentes.

Potencial: juntos permitem estudar patógeno, mortalidade, respostas e desigualdade.

Limite: sintomas textuais não identificam sozinhos a bactéria; DNA de um sítio não prova distribuição continental.

Atividade: construa uma matriz com tipo de evidência, escala, margem de erro e inferência permitida. Marque claramente “seguro”, “provável” e “debatido”.

E.12 Oficina de produção autoral para blog

Escolha uma pergunta estreita, como “Como Malaca transformou posição geográfica em poder?” ou “Por que o tributo mexica não significava administração direta?”. Produza um artigo entre 1.200 e 1.800 palavras com:

1. Título que apresente problema, não promessa sensacionalista.
2. Tese em um parágrafo.
3. Duas ou três evidências de tipos diferentes.
4. Uma objeção ou interpretação concorrente.
5. Um quadro de coexistência com pelo menos três formações da mesma data.
6. Grau de certeza para números e causalidades.
7. Bibliografia e créditos de imagens com licença.

E.13 Perguntas de revisão

1. Por que 1300-1500 não pode ser chamado de “fim da Idade Média” em escala global sem qualificação?
2. Quais heranças mongóis continuaram depois da fragmentação política?
3. Como Ming combinou centralização e dependência local?
4. Por que a legitimidade timúrida precisava da linhagem de Chinggis Khan?
5. Quais fatores, além da religião, ajudam a explicar a expansão otomana?
6. Por que Delhi e Vijayanagara não devem ser reduzidos a blocos religiosos opostos?
7. Como Malaca exerceu influência com domínio territorial relativamente limitado?
8. Compare burocracia Joseon e governo Muromachi.
9. O que os manuscritos de Timbuktu mudam em narrativas sobre história intelectual africana?
10. Como objetos importados devem ser usados para estudar cidades suaílis?
11. Compare tributo mexica e mit'a inca.
12. Quais fontes tornam a história da peste simultaneamente mais segura e mais complexa?
13. Por que 1453 não “fechou” todo o comércio oriental?
14. Identifique um caso em que derrota militar não produziu colapso do Estado.
15. Explique como colaboração e coerção podiam coexistir na mesma relação imperial.

Bibliografia comentada

História global, comparação e impérios

- Abu-Lughod, Janet L. **Before European Hegemony**. Reconstrói redes do século XIII e ajuda a compreender o mundo herdado por 1300; algumas interpretações devem ser confrontadas com pesquisa posterior.
- Bang, Peter Fibiger; Bayly, C. A.; Scheidel, Walter, orgs. **The Oxford World History of Empire**. Coletânea comparativa ampla sobre mecanismos e conceitos imperiais.
- Burbank, Jane; Cooper, Frederick. **Empires in World History**. Síntese de estratégias de governo da diferença, útil para comparação de longo prazo.
- Christian, David. **Maps of Time**. História em escala extensa; útil para enquadramento, desde que complementada por estudos regionais.
- Darwin, John. **After Tamerlane**. Interpreta impérios globais após 1400 e serve de ponte para o próximo volume.
- Doyle, Michael W. **Empires**. Formula conceitos comparativos de centro, periferia e expansão.
- Lieberman, Victor. **Strange Parallels**. Compara integração política na Eurásia continental e no Sudeste Asiático, evitando narrativa exclusivamente europeia.
- Manning, Patrick. **Navigating World History**. Guia metodológico para pesquisa e ensino de história mundial.
- Subrahmanyam, Sanjay. **Explorations in Connected History**. Modelo de conexões que preserva diferenças regionais e escalas.
- Strayer, Robert W.; Nelson, Eric W. **Ways of the World**. Síntese didática global com bons problemas comparativos.
- Bloch, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Zahar, 2001. Referência clássica sobre crítica documental, temporalidade e ofício do historiador.
- Arnold, John H. *History: A Very Short Introduction*. Oxford University Press, 2000. Introdução concisa aos problemas de evidência, narrativa e interpretação histórica.
- Subrahmanyam, Sanjay. "Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia." *Modern Asian Studies* 31, n. 3 (1997): 735-762. Formulação seminal da abordagem de histórias conectadas usada de modo controlado neste volume.
- Barkey, Karen. *Empire of Difference: The Ottomans in Comparative Perspective*. Cambridge University Press, 2008. Comparação de diversidade, intermediação e longevidade imperial.
- Bang, Peter Fibiger; Kołodziejczyk, Dariusz, orgs. *Universal Empire: A Comparative Approach to Imperial Culture and Representation in Eurasian History*. Cambridge University Press, 2012. Coletânea comparativa sobre linguagens e representações de universalidade imperial.

Mongóis, Yuan, Ming e Ásia Central

- Allsen, Thomas T. **Culture and Conquest in Mongol Eurasia**. Mostra circulação de especialistas, ciência e cultura sob poderes mongóis.
- Brook, Timothy. **The Troubled Empire**. Interpreta Yuan e Ming a partir de ambiente, economia e governo.
- Brook, Timothy. **The Confusions of Pleasure**. Reconstrói comércio e cultura Ming em longa duração.
- Dreyer, Edward L. **Zheng He**. Estudo histórico das expedições e da política do reinado Yongle.
- Ebrey, Patricia Buckley. **The Cambridge Illustrated History of China**. Síntese confiável para cronologia e instituições chinesas.
- Favereau, Marie. **The Horde**. Reavalia a Horda de Ouro como formação política e econômica, não simples máquina de conquista.

- Jackson, Peter. **The Mongols and the Islamic World**. Obra detalhada sobre conquista, conversão e heranças políticas.
- Lane, George. **Early Mongol Rule in Thirteenth-Century Iran**. Fundamental para as bases institucionais do Ilcanato.
- Manz, Beatrice Forbes. **The Rise and Rule of Tamerlane**. Análise clássica da coalizão e estratégia de Timur.
- Manz, Beatrice Forbes. **Power, Politics and Religion in Timurid Iran**. Explica sucessão, patronagem e poder regional timúrida.
- Morgan, David. **The Mongols**. Introdução crítica e acessível, com atenção a fontes.
- Rossabi, Morris. **Khubilai Khan**. Ajuda a compreender Yuan e seu legado no século XIV.
- Schneewind, Sarah. **A Tale of Two Melons**. Demonstra como histórias locais e política imperial se conectavam no início Ming.
- Subtelny, Maria E. **Timurids in Transition**. Estuda sociedade, economia e cultura na passagem do mundo timúrida.
- Farmer, Edward L. **Zhu Yuanzhang and Early Ming Legislation: The Reordering of Chinese Society Following the Era of Mongol Rule**. Brill, 1995. Estudo específico da reconstrução legal e social sob Hongwu.
- Lentz, Thomas W.; Lowry, Glenn D. **Timur and the Princely Vision: Persian Art and Culture in the Fifteenth Century**. Los Angeles County Museum of Art e Arthur M. Sackler Gallery, 1989. Referência para patronagem, arte e cultura de corte timúrida.
- Soucek, Svat. **A History of Inner Asia**. Cambridge University Press, 2000. Síntese de longa duração para canatos, rotas e formações políticas centro-asiáticas.

Mediterrâneo, otomanos, Mamelucos e Europa

- Abulafia, David. **The Great Sea**. História de longa duração do Mediterrâneo, útil para rotas e cidades.
- Abulafia, David. **The Boundless Sea**. Amplia a comparação para oceanos e conexões marítimas.
- Bartlett, Robert. **The Making of Europe**. Analisa expansão e transformação europeia medieval, com tese influente a ser debatida.
- Finkel, Caroline. **Osman's Dream**. Síntese narrativa extensa da história otomana.
- Fleet, Kate. **European and Islamic Trade in the Early Ottoman State**. Corrige o mito de separação comercial rígida.
- İnalcık, Halil. **The Ottoman Empire: The Classical Age**. Obra fundamental, embora a pesquisa posterior refine várias categorias.
- Kafadar, Cemal. **Between Two Worlds**. Central para o debate sobre fronteira, ghaza e formação otomana.
- Nicol, Donald M. **The Last Centuries of Byzantium**. Síntese detalhada de política e diplomacia paleóloga.
- Petry, Carl F. **The Mamluk Sultanate**. Estudo abrangente do governo e sociedade mamelucos.
- Wickham, Chris. **Medieval Europe**. Síntese social e política que evita narrativas nacionais simples.
- Geary, Patrick J. **The Myth of Nations: The Medieval Origins of Europe**. Princeton University Press, 2002. Crítica projeções retrospectivas de identidades nacionais sobre sociedades medievais.
- Fernández-Armesto, Felipe. **Before Columbus: Exploration and Colonization from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492**. University of Pennsylvania Press, 1987. Estuda continuidades entre circuitos mediterrânicos e expansão atlântica anterior a 1492.

Sul, Sudeste e Leste Asiático

- Asher, Catherine B.; Talbot, Cynthia. **India Before Europe**. Síntese sobre política, cultura e sociedade do subcontinente entre 1200 e 1750.
- Deuchler, Martina. **The Confucian Transformation of Korea**. Analisa mudanças de parentesco, ritual e elite em Joseon.

- Eaton, Richard M. **India in the Persianate Age**. Integra política, cultura persa e sociedades regionais sem reduzir a história a conflito religioso.
- Hall, Kenneth R. **A History of Early Southeast Asia**. Introdução a comércio, mandalas e formação estatal regional.
- Kumar, Sunil. **The Emergence of the Delhi Sultanate**. Reavalia instituições e elites de Delhi.
- Miksic, John N. **Singapore and the Silk Road of the Sea**. Usa arqueologia para reconstruir portos e comércio regional.
- Reid, Anthony. **Southeast Asia in the Age of Commerce**. Essencial para mudanças comerciais; seu recorte alcança sobretudo períodos posteriores.
- Seth, Michael J. **A History of Korea**. Síntese acessível para Goryeo, Joseon e longa duração coreana.
- Souyri, Pierre-François. **Modern Japan: A Social History**. Inclui a formação do Japão medieval tardio com atenção a grupos sociais.
- Stein, Burton. **Vijayanagara**. Interpretação influente do Estado e sociedade do sul da Índia.
- Wagoner, Phillip B. **Tidings of the King**. Estuda cultura política, linguagem e representação em Vijayanagara.
- Wolters, O. W. **History, Culture, and Region in Southeast Asian Perspectives**. Discute categorias regionais e agência local.
- Wade, Geoff; Sun Laichen, orgs. **Southeast Asia in the Fifteenth Century: The China Factor**. NUS Press e Hong Kong University Press, 2010. Coletânea sobre a interação Ming-Sudeste Asiático e transformações políticas do século XV.
- Berry, Mary Elizabeth. **The Culture of Civil War in Kyoto**. University of California Press, 1994. Estudo de Kyoto e da guerra de Ōnin, útil para compreender fragmentação e vida urbana no Japão Muromachi.
- Hall, John Whitney. **Government and Local Power in Japan, 500 to 1700: A Study Based on Bizen Province**. Princeton University Press, 1966. Clássico sobre relações entre poder central e autoridade local no Japão.

Áfricas

- Austen, Ralph A. **Trans-Saharan Africa in World History**. Síntese das rotas, mercadorias e sociedades do Saara.
- Conrad, David C. **Empires of Medieval West Africa**. Introdução a Ghana, Mali e Songhai com fontes e tradições.
- Fauvelle, François-Xavier. **The Golden Rhinoceros**. Ensaio baseado em arqueologia e textos para sociedades africanas medievais.
- Gomez, Michael A. **African Dominion**. Estudo amplo dos impérios da África ocidental medieval.
- Horton, Mark; Middleton, John. **The Swahili**. Analisa cidades, identidade e comércio da costa oriental.
- Kusimba, Chapurukha M. **The Rise and Fall of Swahili States**. Arqueologia e economia política dos centros suáílis.
- Levtzion, Nehemia. **Ancient Ghana and Mali**. Obra clássica para fontes árabes e história política saheliana.
- Phillipson, David W. **Foundations of an African Civilisation**. Síntese arqueológica de Aksum e do norte do Chifre da África.
- Pikirayi, Innocent. **The Zimbabwe Culture**. Interpreta Grande Zimbábue e estados sucessores com base arqueológica.
- Tamrat, Tadesse. **Church and State in Ethiopia**. Obra fundamental para a monarquia salomônica e instituições religiosas.
- UNESCO. **General History of Africa, volume IV: Africa from the Twelfth to the Sixteenth Century**. Coletânea continental indispensável, a ser complementada por pesquisa recente.

- Garlake, Peter S. *Great Zimbabwe*. Thames and Hudson, 1973. Obra arqueológica clássica sobre arquitetura, cronologia e interpretação de Grande Zimbábue; deve ser lida junto a trabalhos posteriores de Pikirayi e outros arqueólogos.

Américas

- Bauer, Brian S. **Ancient Cuzco**. Arqueologia e formação da região de Cusco.
- Berdan, Frances F. **Aztec Archaeology and Ethnohistory**. Integra documentos e arqueologia para o poder mexica.
- Brumfiel, Elizabeth M. **Produção sobre gênero, economia doméstica e Estado asteca**. Corrige visões centradas apenas em governantes e guerra.
- D'Altroy, Terence N. **The Incas**. Síntese detalhada de administração, economia e expansão inca.
- Gillespie, Susan D. **The Aztec Kings**. Estuda tradição histórica e construção da monarquia mexica.
- Hyslop, John. **The Inka Road System**. Referência para estradas, centros e logística andina.
- Julien, Catherine. **Reading Inca History**. Avalia criticamente crônicas e tradições dinásticas.
- Pauketat, Timothy R. **Cahokia**. Reconstitui urbanismo, ritual e transformação mississipiana.
- Smith, Michael E. **The Aztecs**. Introdução arqueológica e histórica equilibrada.
- Townsend, Camilla. **Fifth Sun**. Reconstrói história mexica com forte uso de textos em náuatle.
- Urton, Gary. **Signs of the Inka Khipu**. Analisa o quipu como sistema de signos e registro.
- Clendinnen, Inga. *The Aztecs: An Interpretation*. Cambridge University Press, 1991. Interpretação influente da cultura mexica, a ser confrontada com arqueologia e estudos posteriores em náuatle.
- Alcock, Susan E.; D'Altroy, Terence N.; Morrison, Kathleen D.; Sinopoli, Carla M., orgs. *Empires: Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge University Press, 2001. Coletânea comparativa importante para administração, paisagens e impérios sem arquivos equivalentes.

Peste, ambiente e demografia

- Campbell, Bruce M. S. **The Great Transition**. Relaciona clima, doença, economia e instituições entre os séculos XIII e XV.
- Cohn Jr., Samuel K. **The Black Death Transformed**. Provoca debate sobre sintomas, cultura e identificação histórica.
- Green, Monica H. "The Four Black Deaths." *American Historical Review* 125, n. 5 (2020): 1601-1631. Reinterpreta cronologia e geografia da segunda pandemia em escala afro-asiática.
- Hatcher, John. **Plague, Population and the English Economy**. Estudo clássico de demografia e trabalho com base documental.
- Slavin, Philip. "From the Tian Shan to Crimea: Dynamics of Plague Spread During the Early Stages of the Black Death, 1338-46." *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 66 (2023): 513-627. Reconstrói rotas e cronologias iniciais com documentação histórica.
- Benedictow, Ole J. *The Complete History of the Black Death*. 2ª ed. The Boydell Press, 2021. Síntese quantitativa extensa; suas estimativas devem ser comparadas com estudos regionais e paleogenômicos recentes.
- Spyrou, Maria A. et al. "The source of the Black Death in fourteenth-century central Eurasia." *Nature* 606 (2022): 718-724. Evidência de DNA antigo em sepultamentos de 1338-1339 na região do Issyk-Kul, central para o debate sobre a origem da pandemia.

Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios

Critérios de seleção

Foram priorizadas universidades, museus, projetos de pesquisa, organismos internacionais e coleções que identificam autores, acervos e bibliografia. Vídeos são recomendados quando produzidos ou apresentados por especialistas. Disponibilidade, idioma e endereço podem mudar; consulte data, autoria e licença antes de reutilizar imagens.

Leste Asiático, mongóis e Ming

[Columbia University - Asia for Educators: China, 1000-1450](#)

Reúne cronologias, mapas, objetos e fontes primárias com questões didáticas, incluindo Yuan e início Ming.

[Columbia University - Primary Sources with DBQs: China](#)

Inclui editos de Hongwu e exercícios de leitura documental.

[Columbia University - The Mongols in World History](#)

Módulo acadêmico com seções temáticas, mapas e bibliografia.

[Columbia University - AFE Video](#)

Videoteca universitária; procure “China's Place in Global History: 1350-1550” e temas Ming.

[Metropolitan Museum - Heilbrunn Timeline of Art History](#)

Mais de mil ensaios curatoriais e centenas de cronologias globais.

[Metropolitan Museum - The Art of the Timurid Period](#)

Ensaio curatorial com objetos, cronologia e referências.

[Asia for Educators - Korea, 1000-1400](#)

Porta de entrada para Goryeo, Joseon, fontes e museus.

[Metropolitan Museum - Art of the Korean Renaissance, 1400-1600](#)

Publicação de museu sobre cultura material e transformação Joseon.

Mediterrâneo e mundo islâmico

[Metropolitan Museum - The Art of the Ottomans before 1600](#)

Ensaio curatorial sobre formação e cultura otomana.

[Metropolitan Museum - The Art of the Mamluk Period](#)

Introdução a governo, comércio, arquitetura e objetos mamelucos.

[Archnet - arquitetura e urbanismo islâmicos](#)

Base acadêmica do Aga Khan Documentation Center no MIT com imagens, plantas e publicações.

[Dumbarton Oaks - Resources for Byzantinists](#)

Catálogos, bases, bibliografias e coleções para estudos bizantinos.

[Fordham University - Internet Medieval Sourcebook](#)

Grande seleção de fontes traduzidas; confira introdução, edição e proveniência de cada item.

[Institute of Historical Research - Medieval History Collections](#)

Guia de coleções e edições de fontes medievais.

Sul e Sudeste Asiático

[Penn Museum - Vijayanagara Research Project](#)

Projeto arqueológico universitário sobre a capital e sua paisagem.

[Siddham - Asian Inscriptions Database](#)

Banco acadêmico para inscrições e epigrafia asiática.

[Smarthistory - Majapahit Kingdom](#)

Recursos abertos de história da arte com autoria e referências.

[OpenStax - The Malacca Sultanate](#)

Capítulo aberto para introdução, útil quando confrontado com bibliografia especializada.

[UNESCO World Heritage Centre - Angkor](#)

Descrição patrimonial, documentos e mapas do complexo angkoriano.

Áfricas

[UNESCO - General History of Africa](#)

Volumes e materiais do projeto internacional de história africana.

[UNESCO World Heritage Centre - Timbuktu](#)

Descrição histórica e documentação do sítio.

[UNESCO - Mali: Timbuktu Manuscripts](#)

Introdução à importância, preservação e riscos dos manuscritos.

[Library of Congress - Ancient Manuscripts from the Desert Libraries of Timbuktu](#)

Exposição digital com imagens e contextualização de manuscritos.

[UNESCO World Heritage Centre - Kilwa Kisiwani and Songo Mnara](#)

Documentos, mapas e síntese patrimonial das cidades portuárias.

[UNESCO World Heritage Centre - Great Zimbabwe](#)

Descrição e documentação oficial do sítio, útil com literatura arqueológica.

[UNESCO World Heritage Centre - Rock-Hewn Churches, Lalibela](#)

Acervo patrimonial para arquitetura, paisagem e cristianismo etíope.

Américas

[Dumbarton Oaks - Pre-Columbian Collection](#)

Objetos da Mesoamérica, América Central e Andes com documentação curatorial.

[Dumbarton Oaks - Online Collections](#)

Entrada para museu, livros raros, arquivos e projetos digitais.

[Smithsonian - National Museum of the American Indian: Online Resources](#)

Coleções, exposições, vídeos e recursos produzidos com atenção a perspectivas indígenas.

[Smithsonian - Native Knowledge 360](#)

Materiais didáticos que combatem estereótipos e conectam passado e povos vivos.

[Mesoweb](#)

Artigos, inscrições, mapas e recursos de especialistas em Mesoamérica; verifique autoria de cada seção.

[FAMSI Research Materials](#)

Arquivo de relatórios, códices e materiais mesoamericanos e andinos; interface antiga, conteúdo acadêmico valioso.

[UNESCO World Heritage Centre - Qhapaq Ñan](#)

Documentos multinacionais sobre o sistema viário andino.

Peste, ambiente e método

[University of Oxford - The Black Death and European Expansion](#)

Ensaio acadêmico com hipóteses demográficas e convite ao debate causal.

[PubMed Central - Epidemiology of the Black Death and Successive Waves](#)

Artigo científico de acesso aberto; útil para comparar interpretações epidemiológicas.

[World History Commons](#)

Fontes, módulos e guias para ensino de história global com autoria identificada.

Roteiro de estudo em oito semanas

Semana 1 - Método e mapa de 1300

Leia apresentação e capítulos 1-2. Produza um mapa com centros, corredores e três níveis de controle. Registre cinco afirmações como seguras, prováveis ou debatidas.

Semana 2 - Heranças mongóis e Ming

Leia capítulos 3-4. Compare Yuan, Ilcanato, Chagatai e Horda de Ouro. Depois escreva 500 palavras sobre continuidade entre Yuan e Ming, evitando a fórmula “estrangeiro versus nacional”.

Semana 3 - Timur, otomanos e Mamelucos

Leia capítulos 5-6. Construa uma tabela de legitimidade, receita, sucessão e cidades. Analise uma fonte de Clavijo ou uma crônica de 1453 pelo protocolo do Apêndice E.

Semana 4 - Índia e Sudeste Asiático

Leia capítulos 7-8. Escolha Vijayanagara ou Malaca e explique como agricultura e comércio se combinavam. Inclua pelo menos uma inscrição ou evidência arqueológica.

Semana 5 - Coreia, Japão e Áfricas

Leia capítulos 9-11. Compare burocracia Joseon, governo Muromachi, soberania saheliana e cidades suaílis. Aponte onde “Estado”, “império” e “cidade-Estado” ajudam e onde atrapalham.

Semana 6 - Europa e Américas

Leia capítulos 12-14. Compare uma monarquia europeia composta, a Tríplice Aliança e o Tawantinsuyu. Não use “mais avançado”; compare mecanismos concretos de receita, informação e delegação.

Semana 7 - Peste e comparação global

Leia capítulos 15-16. Monte uma cadeia causal com patógeno, ambiente, mobilidade, instituições e desigualdade. Marque quais elos têm evidência forte e quais são hipóteses.

Semana 8 - Produção autoral

Escreva um artigo de blog, roteiro de aula ou episódio de podcast com 1.500 a 2.500 palavras. Inclua tese, cronologia, quadro de coexistência, duas fontes primárias, três estudos especializados, objeção e conclusão. Preserve os créditos editoriais e cite licenças de imagens.

Continuação da coleção

O Volume 9 terá como recorte aproximado 1500-1700. A passagem não será tratada como uma ruptura súbita em 1500: otomanos, Ming, redes do oceano Índico, estados africanos e sociedades americanas preservam trajetórias iniciadas neste volume. O novo eixo será a formação de conexões oceânicas permanentes, a conquista e colonização das Américas, os impérios otomano, safávida e mogol, Ming tardio e Qing inicial, expansões russas, reinos africanos, tráfico atlântico de pessoas escravizadas, companhias comerciais e resistências. A integração intercontinental crescerá por comércio, missão, guerra, trabalho forçado e negociação sem produzir controle europeu uniforme nem apagar a agência de sociedades africanas, americanas e asiáticas.

Leituras-base do capítulo: Janet L. Abu-Lughod, Before European Hegemony; Robert W. Strayer e Eric Nelson, Ways of the World; David Christian, Maps of Time; Victor Lieberman, Strange Parallels; David Abulafia, The Boundless Sea; Michael A. Gomez, African Dominion.